

**A ideologia partidária e o desempenho
económico à escala local – uma avaliação no
contexto dos municípios portugueses**

por

Nathalie Figueiredo Lameiras

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Economia pela
Faculdade de Economia do Porto

Orientada por:

Maria Manuel Pinho

Setembro de 2017

Breve nota biográfica

Nathalie Figueiredo Lameiras nasceu a 6 de maio de 1994, em Orsay, França. Aos quatro anos de idade veio para Portugal, para a cidade de Chaves, onde completou o seu ensino secundário no curso de ciências sócio-económicas. Com o intuito de aprofundar os seus conhecimentos na área de economia, ingressou em 2012 na licenciatura em Gestão na Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Três anos mais tarde, com o objetivo de complementar a sua formação, começou o mestrado em Economia nessa mesma faculdade.

Agradecimentos

Uma dissertação não é meramente um trabalho individual, resulta de uma conjugação de esforços, quer da parte do autor como de quem supervisiona o trabalho.

Pelo que começo por agradecer à minha orientadora, professora Doutora Maria Manuel Pinho, pelo apoio imprescindível, e todos os esclarecimentos e correções prestados ao longo deste estudo e pela completa disponibilidade em esclarecer as minhas dúvidas.

Aos meus pais pelo apoio emocional e financeiro prestado ao longo desta etapa. À Faculdade de Economia da Universidade do Porto pelos conhecimentos que me aportou durante todo o ensino superior.

Resumo

A influência que a atuação política tem sobre o desempenho económico tem sido objeto de variados estudos nas últimas cinco décadas. As abordagens político-económicas dividem-se em comportamento oportunístico e comportamento ideológico. Apesar da primeira perspectiva já ter sido objeto de variados estudos, a abordagem ideológica ainda se encontra pouco explorada, principalmente ao nível local.

O objetivo deste estudo é contribuir para colmatar esta falha, analisando se a ideologia política dos governos locais influencia o desempenho económico dos municípios portugueses. Para tal, são analisados os 308 municípios portugueses no período de 2002 a 2015, recorrendo aos modelos lineares mistos.

Os resultados empíricos demonstraram a influência da ideologia política nos instrumentos de política: os partidos de direita apresentam um maior nível de despesa de capital e despesa de investimento. Quanto aos objetivos de política, não existem efeitos estatisticamente significativos sobre a taxa de emprego; porém, o índice do poder de compra, revelou-se mais elevado durante a governação dos partidos de esquerda, ainda assim, a evidência em favor do comportamento oportunístico é mais robusta.

Códigos JEL: C23, D72, D78, H73

Palavras-chave: ciclos político-económicos, ideologia política, governos locais, modelos lineares mistos

Abstract

The influence of politics on economic performance has been the object of several studies in the last five decades. The political-economic approaches are divided into opportunistic behavior and ideological behavior. Although the first perspective has already been object of several studies, the ideological approach is still poorly explored, especially at the local level.

The goal of this study is to contribute to address this issue by analysing whether the political ideology of local governments influences the economic performance of Portuguese municipalities. The 308 Portuguese municipalities are analysed from 2002 to 2015 using mixed linear models.

The empirical results demonstrated the influence of political ideology on policy instruments: right-wing parties show a higher level of capital expenditure and investment expenditure. As for the policy objectives, there are no statistically significant effects on the employment rate; however, the purchasing power index was higher during the governance of the left-wing parties, still, the evidence in favour of the opportunistic behavior is stronger.

JEL codes: C23, D72, D78, H73

Key-words: political business cycles, political ideology, local governments, mixed linear models

Índice

Breve nota biográfica	i
Agradecimentos	ii
Resumo.....	iii
Abstract	iv
1. Introdução.....	1
2. Dos modelos político-económicos aos modelos ideológicos	3
2.1. Os modelos político-económicos	3
2.2. A ideologia partidária	6
2.3. Os modelos partidários	11
3. A ideologia partidária – evidência empírica	15
3.1. A evidência à escala nacional	15
3.2. A evidência à escala local	20
4. O enquadramento político dos municípios portugueses.....	29
5. Uma aplicação aos municípios portugueses	33
5.1. Modelos mistos – explicação da metodologia	33
5.2. Aplicação prática.....	36
5.3. Resultados empíricos	42
6. Conclusão	54
Referências.....	56
Anexo – Identificação dos modelos lineares estimados.....	61

Índice de tabelas

Tabela 1 – Os modelos político-económicos: contribuições seminais	6
Tabela 2 – Valores e ideologias	7
Tabela 3 – Espectro político esquerda-direita e ideologias	8
Tabela 4 – Relação entre a ideologia política e os princípios gerais que norteiam os sistemas económicos	10
Tabela 5 – Preferências dos partidos políticos nas sociedades industriais avançadas em relação a diversos objetivos económicos	12
Tabela 6 – Ideologia partidária: evidência à escala local	26
Tabela 7 – Composição do executivo da Câmara Municipal	31
Tabela 8 – Classificação económica das receitas e despesas dos municípios portugueses	32
Tabela 9 – Data das eleições autárquicas.....	38
Tabela 10 – Estatísticas descritivas	41
Tabela 11 – Resultados da estimação dos modelos	47
Tabela 12 – Relação entre as despesas e a taxa de emprego	50
Tabela 13 – Taxa de emprego e índice do poder de compra <i>per capita</i>	51

Índice de figuras

Figura 1 – Evolução da despesa pública municipal média <i>per capita</i> por ideologia....	43
Figura 2 – Evolução da despesa pública municipal média <i>per capita</i>	44
Figura 3 – Proporção das transferências no total das receitas municipais.....	45
Figura 4 – Evolução do saldo de execução orçamental <i>per capita</i>	48
Figura 5 – Evolução da taxa de emprego nacional	49

1. Introdução

Desde meados da década de 70 até à atualidade, a relação entre a atuação política e o desempenho económico tem sido objeto de variados estudos. Quando considerada a atuação dos decisores de política, existem dois tipos de comportamento de natureza política possíveis: o comportamento oportunístico (ou eleitoralista) e o comportamento partidário (ou ideológico). O primeiro advoga que a atuação dos decisores de política tem como objetivo primordial a reeleição (Nordhaus, 1975); o segundo defende que os responsáveis políticos agem de acordo com a ideologia do partido a que pertencem (Hibbs, 1977). Apesar da primeira perspetiva já ter sido objeto de variados estudos, quer ao nível nacional, sobretudo com estudos de âmbito internacional, quer ao nível local, essencialmente com estudos de âmbito nacional, a investigação sobre a influência que a ideologia partidária tem sobre o desempenho económico é escassa, principalmente ao nível local. O objetivo deste estudo é contribuir para colmatar esta falha, tentando perceber qual o impacto que a ideologia dos decisores de política local tem sobre o desempenho económico observado nos municípios portugueses sob duas perspetivas: os instrumentos de política económica, especificamente os de natureza orçamental, e os objetivos de política económica.

Ao contrário da maioria dos estudos empíricos ao nível local que centram a sua análise apenas nos instrumentos de política, este estudo analisa também objetivos de política: taxa de emprego e índice do poder de compra *per capita*. Por outro lado, recorrer-se-á a uma metodologia diferente da maioria dos estudos nesta temática – os modelos lineares mistos – que têm a vantagem de permitir acomodar variáveis que são observadas ao longo do tempo, sendo as diferentes observações de uma mesma variável correlacionadas entre si. Esta análise não testa apenas a influência da ideologia política sobre os instrumentos de política e os objetivos de política. Com vista a obter uma análise mais completa, será considerado o enquadramento político relevante, nomeadamente o comportamento alternativo dos decisores de política quanto às suas próprias preferências (oportunístico), o alinhamento partidário entre governo local e central e a influência do facto de o governo local ter sido eleito com maioria absoluta. Importa referir que, de entre os estudos que têm por base os governos locais

portugueses, contrariamente a este trabalho, a maioria não analisa a totalidade dos municípios portugueses.

Este trabalho será estruturado da seguinte forma: no segundo capítulo, será apresentado um enquadramento geral, revisitando os principais contributos seminais da literatura sobre modelos político-económicos; em seguida, e como o objetivo central deste estudo é perceber o impacto da ideologia política sobre o desempenho económico, importa compreender os ideais das diferentes posições políticas que compõem o espectro ideológico; por último, é dado especial destaque aos modelos partidários. No terceiro capítulo, serão analisados alguns estudos empíricos ao nível nacional, procurando o impacto que a ideologia política tem sobre a política orçamental, a política monetária e os resultados económicos e, posteriormente, serão analisados alguns estudos empíricos de âmbito local. No quarto capítulo, é feita uma breve menção à organização do sistema político e financeiro nos municípios portugueses. O capítulo cinco é destinado à aplicação empírica, sendo inicialmente explicada a metodologia a ser utilizada, especificadas as fontes de dados utilizadas para compor o painel de dados que servirá de base à análise e, por último, analisados os resultados dos modelos. No último capítulo, serão apresentadas as principais conclusões do presente trabalho.

2. Dos modelos político-económicos aos modelos ideológicos

Neste capítulo, serão revisitadas algumas contribuições seminais sobre os modelos político-económicos. Em seguida, e como o objetivo deste estudo é testar influência da ideologia sobre o desempenho económico, importa compreender melhor o conceito de ideologia política e a formação do espectro ideológico. Por último, serão analisados, com particular detalhe, os modelos partidários.

2.1. Os modelos político-económicos

Em finais do século XIX e início do século XX, o Estado era encarado como um decisor benevolente, cujo objetivo primordial era maximizar o bem-estar social (Schumpeter, 1908). Com a emergência da teoria das escolhas públicas, o Estado passou a ser visto como um agente que também possui interesses próprios, entre os quais consta o objetivo da reeleição (Nordhaus, 1975). Com o intuito de concretizar este objetivo, o governo acaba por adotar políticas em torno do período eleitoral que vão provocar flutuações na economia. Por outro lado, as oscilações na economia também podem ser induzidas pela ideologia do partido político que sustenta o governo (Hibbs, 1977). Desta forma, a atuação dos decisores de política, quer por via do oportunismo eleitoral, quer por via da ideologia política, influencia o ambiente económico no curto prazo dando origem aos designados ciclos político-económicos.

Os estudos sobre os ciclos político-económicos podem ser divididos em quatro grandes grupos: quando considerada a atuação dos decisores de política, subdividem-se em modelos oportunistas (ou eleitoralistas) e modelos ideológicos (ou partidários); no que se refere ao processo de formação de expectativas por parte do eleitorado, subdividem-se em modelos de expectativas adaptativas e modelos de expectativas racionais.

Os primeiros estudos que surgiram sobre os ciclos político-económicos consideravam que a atuação dos decisores de política tinha como objetivo primordial maximizar a probabilidade de reeleição (Nordhaus, 1975); paralelamente, assumiam um eleitorado com preferências semelhantes, favoráveis a elevadas taxas de crescimento económico e a reduzidas taxas de desemprego e de inflação. Admitiam também um

eleitorado míope com um processo de formação de expectativas retrospectivo, isto é, baseado em informação passada para fazer inferências quanto ao desempenho futuro do governo e dando maior importância a acontecimentos mais recentes, ou seja, valorizando mais o desempenho do governo no período pré-eleitoral do que em períodos mais distantes.

No entanto, em 1977, Hibbs surge com uma perspectiva diferente que defendia que a atuação dos decisores de política era influenciada pelas suas ideologias políticas considerando igualmente que o eleitorado tem um processo adaptativo de formação das expectativas mas preferências distintas no que se refere à inflação e ao desemprego.

A hipótese de um processo de formação de expectativas adaptativo por parte do eleitorado começou a ser alvo de variadas contestações, que criticavam o facto de admitir que os eleitores continuavam a não perceber a lógica de atuação dos governos após o decorrer de um ciclo político. Eis que, em finais da década de 70 e durante a década de 80, surgem os modelos racionais, que defendem que o eleitorado utiliza de forma racional toda a informação disponível para formar as suas expectativas quanto ao comportamento futuro dos decisores de política e à evolução das variáveis económicas.

Perante a hipótese de expectativas racionais, a manipulação dos instrumentos de política não teria efeitos reais tão significativos na economia, visto que o eleitorado iria antecipar o comportamento do governo; a título de exemplo, se o governo procura estimular a economia em períodos pré-eleitorais através de um aumento da procura agregada, que resultaria num aumento da inflação e numa diminuição do desemprego, os eleitores percebendo esta dinâmica vão exigir salários mais elevados (dado haver expectativas de aumento da inflação), o que faz com que o objetivo de aumento do emprego possa não ser concretizado, ou seja, a política orçamental aplicada já não tem o efeito pretendido.

No entanto, mesmo perante a hipótese de expectativas racionais, continua a poder verificar-se a ocorrência de ciclos oportunistas, em virtude da existência de uma assimetria de informação temporária entre os responsáveis políticos e o eleitorado. Nesta linha, a transposição para expectativas racionais gera ciclos de menor amplitude e duração.

Rogoff (1990) e Rogoff e Sibert (1988) defendem esta ideia ao afirmarem que os eleitores têm expectativas racionais, mas os decisores de política têm informação

privilegiada, pois conhecem o seu nível de competências, enquanto a percepção do eleitorado vai ser influenciada pelo sinal fornecido pelo governo. Desta forma, o governo incumbente tende a adotar políticas orçamentais expansionistas em períodos pré-eleitorais, aumentando os gastos e reduzindo os impostos e, portanto, sinalizando mais competência, com vista a maximizar o número de votos.

Também os ciclos partidários são observáveis em expectativas racionais devido ao facto de os eleitores não saberem qual será o partido vencedor nas próximas eleições. Os eleitores negoceiam o salário para um período e, no momento em que o fazem, não sabem qual será o partido vencedor nas próximas eleições, pelo que as medidas adotadas pelos decisores de política terão impacto real na economia apenas na fase inicial do mandato, mas passado o período inicial, os eleitores atualizam as suas expectativas e as medidas adotadas deixam de ter impacto real na economia (Alesina, 1987; Alesina e Sachs, 1988).

Importa referir que os comportamentos oportunistas e partidários não são excludentes entre si e existem autores que defendem uma análise integrada dos dois modelos como Frey e Schneider (1978) que defendem que a natureza do comportamento do governo em períodos pré-eleitorais depende da sua popularidade, isto é, se o partido incumbente espera vencer as próximas eleições, irá procurar adotar políticas que vão ao encontro da sua ideologia política; no caso em que se encontra perante a eminência de perder as eleições, adota um comportamento oportunístico com o intuito de aumentar ao número de votos.

A Tabela 1 identifica os contributos seminais na literatura dos ciclos político-económicos.

Tabela 1 – Os modelos político-económicos: contribuições seminais

		Expetativas dos eleitores	
		Adaptativas	Racionais
Comportamento dos decisores de política	Oportunístico	Nordhaus (1975)	Rogoff e Sibert (1988) Rogoff (1990)
	Ideológico	Hibbs (1977)	Beck (1982) Alesina (1987) Alesina e Sachs (1988)
	Misto	Frey e Schneider (1978)	

Após apresentado um enquadramento geral, em que foram revisitadas algumas contribuições seminais sobre os ciclos político-económicos, importa agora perceber melhor as diferentes posições do espectro ideológico para, de seguida, se investigar a relação existente entre os ideais de cada partido e o desempenho económico conseguido.

2.2. A ideologia partidária

O conceito de ideologia introduzido pela primeira vez no final do século XVIII referia-se à ciência das ideias, que é atualmente conhecida como sociologia do conhecimento (Jost, 2006). Este termo foi mais tarde utilizado por Marx, em 1846, em *The German Ideology*, que definiu ideologia como sendo o sistema utilizado para explicar efeitos sociais ou realidades políticas (Marx e Engels, 1970).

Quando se aborda a questão da ideologia, esta pode dizer respeito à ideologia de um indivíduo ou a ideologias referentes a uma área social como a política, a economia ou a religião (Jost, 2006). Para este estudo, importa compreender o conceito de ideologia política, que é concretizado no aparelho ideológico do Estado, definido por Althusser (1970: 43) como um “*certo número de realidades distintas que se apresenta ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas*”.

O espectro ideológico, que muitas das vezes se define como sendo a dicotomia esquerda-direita, surgiu durante a Revolução Francesa. Em 1789, devido a um forte

descontentamento social, o rei Luís XVI organizou uma reunião com os membros da Assembleia Nacional Constituinte no palácio de Versalhes e dispôs a população em dois grupos: à sua direita, encontrava-se o grupo a favor da monarquia (mais conservador); à sua esquerda, estavam os simpatizantes da revolução, isto é, aqueles que eram contra a monarquia (Feijó, 2007).

A partir de então, foram surgindo ao longo dos séculos XIX e XX classes ideológicas, com ideais próprios mas suscetíveis de serem integradas ao longo do espectro ideológico.

No século XIX, a ideologia política era constituída essencialmente por três grandes classes ideológicas: o liberalismo, o socialismo e o conservadorismo. Os liberais tinham como valores máximos a liberdade de expressão e a defesa pelos direitos humanos; os socialistas atribuíam grande importância à liberdade mas defendiam que esta era incompatível com o sistema capitalista; o conservadorismo era por excelência o defensor da ordem antiga e estava contra as ideias revolucionárias. Feijó (2007) caracteriza as três classes ideológicas quanto à posição que estas assumiam face aos três valores fundamentais da Revolução Francesa (liberdade, igualdade e fraternidade).

Tabela 2 – Valores e ideologias

Ideologias	Valores		
	Liberdade	Igualdade	Fraternidade
Liberalismo	Valor alto: <u>liberdade</u> individual	Valor ambíguo: igualdade formal	Valor ambíguo: fraternidade no mercado
Socialismo	Valor ambíguo: libertação do capital	Valor alto: <u>igualdade</u> absoluta	Valor ambíguo: fraternidade universal
Conservadorismo	Valor ambíguo: liberdade interior	Nenhum valor	Valor alto: <u>fraternidade</u> na hierarquia

Fonte: Feijó (2007: 119).

Como é possível depreender pela análise da Tabela 2, a liberdade é por excelência o valor mais importante para os liberais; para os conservadores é a fraternidade enquanto, para os socialistas, é a igualdade. A liberdade constitui o

principal valor dos liberais, que lhe atribuem uma grande importância, mas, para os socialistas, é apresentada como um valor ambíguo, isto porque defendem um conceito de liberdade pouco comum, argumentando que a liberdade só é possível mediante a alteração das regras do capitalismo.

A igualdade é a grande preocupação dos socialistas, que defendem não só a igualdade formal, mas também a igualdade económica; para os liberais, a igualdade é importante apenas no seu sentido formal, isto é, a igualdade perante a lei e a igualdade de oportunidades.

A fraternidade tem um valor ambíguo para liberais e socialistas enquanto os conservadores veem a hierarquia como uma condição fundamental para a fraternidade.

O liberalismo e o conservadorismo foram as duas primeiras classes ideológicas a surgir e, mais tarde, no auge da Revolução Francesa, surgiu o socialismo. Porém, ao longo do século XIX, surgiram mais classes ideológicas cuja integração no espectro ideológico esquerda-direita se apresenta na Tabela 3.

Tabela 3 – Espectro político esquerda-direita e ideologias

Extrema-esquerda	Esquerda	Centro de esquerda	Centro	Centro de direita	Direita	Extrema-direita
						
Comunismo	Socialismo	Liberalismo do Estado do bem-estar social	Liberalismo clássico	Liberalismo conservador	Conservadorismo monárquico	Fascismo

Fonte: Feijó (2007: 120).

O socialismo surgiu no século XIX na sequência da Revolução Francesa enquanto ideologia que privilegiava a igualdade na distribuição de rendimentos e combatia a existência de classes sociais e de propriedade privada dos meios produção. Mais à esquerda no espectro ideológico, encontra-se o comunismo que surgiu depois da Revolução Russa de 1917, sendo encarado como uma versão extrema do socialismo e que, tal como o socialismo, defende a equidade e a eliminação da propriedade privada dos meios de produção, mas defende que isto só é possível através de um governo com elevado poder (Feijó, 2007). No centro do espectro ideológico, encontra-se o liberalismo clássico caracterizado pela defesa da igualdade perante a lei e da igualdade

de oportunidades e pela defesa da liberdade individual e da liberdade de escolha (estes valores não eram respeitados pelos governos de esquerda).

Depois da segunda guerra mundial, os socialistas europeus perceberam que o objetivo de eliminar a propriedade privada dos meios de produção era incompatível com uma sociedade democrática. É então que surge o liberalismo do Estado do bem-estar social, localizado no centro de esquerda do espectro partidário (Feijó, 2007).

Já o liberalismo conservador defende a limitação do poder do governo, sendo a favor das políticas de promoção da igualdade social (Feijó, 2007), mas não da igualdade económica (Rosas *et al.*, 2013).

O conservadorismo monárquico caracteriza-se pela defesa do poder monárquico do Estado e está contra a igualdade (Feijó, 2007). Atualmente, esta classe ideológica sofreu uma deslocação para a esquerda do espectro ideológico, pois os conservadores passaram a ser também defensores da igualdade. O fascismo é uma versão extrema do conservadorismo monárquico, tendo como principal fator caracterizador o facto de ser contra a igualdade.

Em suma, a evolução da ideologia política pode ser dividida em quatro fases, tal como é apresentado por Rosas *et al.* (2013): na primeira fase (século XIX), a dicotomia esquerda-direita era representada pelos liberais à esquerda e pelos conservadores à direita. Na segunda fase, que inclui ainda uma parte do século XIX e prolonga-se até ao século XX, as ideias socialistas desenvolvem-se e ganham relevo na sociedade; o socialismo marcado pela defesa da igualdade social e económica passa a ocupar a posição mais à esquerda do espectro ideológico; o liberalismo posiciona-se agora no centro e o conservadorismo assume a posição mais à direita. A terceira fase é designada pelos autores como “*a era dos extremos*”, correspondendo a meados do século XX, momento em que surge o comunismo e o autoritarismo conservador (de que são exemplos o salazarismo e o fascismo). A quarta fase corresponde ao período posterior à segunda guerra mundial: os socialistas e os conservadores adotam posições mais liberais, dando origem ao liberalismo do Estado do bem-estar social e ao liberalismo monárquico (Feijó, 2007). Importa referir que esta divisão é adaptada ao caso europeu, podendo não corresponder à realidade de outros contextos geográficos.

Na Tabela 4, são apresentadas as posições das diferentes classes ideológicas quanto ao sistema económico.

Tabela 4 – Relação entre a ideologia política e os princípios gerais que norteiam os sistemas económicos

Ideologia	Princípios gerais que norteiam o sistema económico
Comunismo	Economia planeada centralmente com a nacionalização dos meios de produção.
Socialismo	Forte presença do Estado na economia, grau acentuado de nacionalização dos meios de produção. Coexistência do Estado com a propriedade privada e o mercado. Compatibilidade com o sistema político democrático.
Liberalismo do Estado do bem-estar social	Sistema de livre mercado com um Estado de dimensão elevada. Elevada carga tributária e pesados programas sociais para garantir o bem-estar geral.
Liberalismo clássico	Sistema de livre mercado com um Estado de dimensão reduzida, o Estado intervém sempre que o critério ético assim o aconselhar.
Liberalismo conservador	Sistema de livre mercado com um Estado de dimensão mínima. Apenas poucas exceções para a presença do Estado. Políticas sociais a cargo do setor privado com o incentivo do governo.
Conservadorismo monárquico	Sistema de nascimento e de concessões de nascimento de monopólios comerciais e industriais. Elevado grau de protecionismo.
Fascismo	Economia planeada visando propósitos militares. Associação com o grande capital.

Fonte: Feijó (2007: 123).

Atualmente, a ideologia política é encarada, na sua versão mais simples, como a dicotomia esquerda-direita (trabalhistas-conservadores no Reino Unido ou democratas-republicanos no caso dos EUA) e, apesar das opiniões políticas serem multifacetadas, este modelo parece ter um bom poder explicativo na decisão de voto e opiniões relativamente a variados assuntos (Jost, 2006).

Compreendidas as perspetivas de cada uma das facetas ideológicas, são em seguida revisitados alguns estudos seminais que abordam a influência da ideologia política sobre a economia.

2.3. Os modelos partidários

No contexto da teoria económica, Hibbs (1977) é pioneiro ao apresentar uma visão diferente da atuação dos decisores de política, defendendo que aquilo que rege a atuação dos governos é a sua ideologia partidária, dado que os eleitores têm preferências distintas. Neste contexto, os partidos de esquerda, apoiados sobretudo por um eleitorado comparativamente mais detentor do fator trabalho, apresentam uma maior preocupação com o desemprego, enquanto os partidos de direita, apoiados por um eleitorado comparativamente mais detentor do fator capital, apresentam uma maior preocupação com a inflação.

Assim, os decisores de política adotam medidas que vão ao encontro das preferências do seu eleitorado. O autor refere que estudos empíricos indicam que, em períodos de inflação, com taxas de desemprego mais reduzidas, se verifica uma maior igualdade na distribuição de rendimentos e o eleitorado de rendimento médio e baixo é favorecido em detrimento do eleitorado de rendimento mais elevado, verificando-se o contrário em períodos de reduzida inflação e taxas de desemprego mais elevadas, situação em que são os indivíduos de maior rendimento que são favorecidos. O autor constata através dos dados de inquéritos realizados na Grã-Bretanha e nos EUA que a importância que o eleitorado dá à inflação e ao desemprego depende da sua classe social. Indivíduos de rendimento médio ou baixo têm uma maior preocupação com o desemprego e estão dispostos a suportar alguma inflação para conseguir taxas de desemprego mais reduzidas; o mesmo não acontece com o eleitorado de rendimento mais elevado, que é mais avesso à inflação.

Da mesma forma, os partidos políticos também têm diferentes preferências que procuram concretizar: quando determinam as suas políticas, deparam-se com o *trade-off* subjacente à curva de Phillips, em que existe uma relação inversa entre inflação e desemprego. A expectativa é a de que, perante a alçada de governos de esquerda, as taxas de desemprego sejam comparativamente mais reduzidas enquanto, sob a governação de partidos de centro e direita, é expectável uma taxa de inflação comparativamente mais reduzida.

Hibbs (1977) verifica este pressuposto ao analisar as taxas de desemprego médias no período de 1961 a 1969 em 12 países, da Europa Ocidental e da América do

Norte, e conclui que os países que, durante este período, foram maioritariamente governados pelos partidos de esquerda apresentavam uma taxa de desemprego média comparativamente inferior, enquanto os países que, durante o mesmo período, estiveram sob a alçada de partidos de direita apresentavam taxas de inflação comparativamente inferiores. Na Tabela 5, são apresentados os objetivos económicos das diferentes ideologias políticas, organizados por ordem de preferência.

Tabela 5 – Preferências dos partidos políticos nas sociedades industriais avançadas em relação a diversos objetivos económicos

	Socialista / Trabalhista	Centro	Conservador
Importância decrescente de objetivos ↓	Pleno emprego		Estabilidade de preços
	Equidade na distribuição de rendimento		
		Estabilidade de preços	
	Expansão económica		Equilíbrio da balança de pagamentos
		Expansão económica	
		Pleno emprego	
		Equidade na distribuição de rendimento	
	Estabilidade de preços		Expansão económica
		Equilíbrio da balança de pagamentos	Pleno emprego
	Equilíbrio da balança de pagamentos	Equidade na distribuição de rendimento	

Fonte: Hibbs (1977: 1471).

Em suma, verifica-se uma inversão na ordem de prioridades: comparativamente com os partidos conservadores, os partidos socialistas dão maior importância ao pleno emprego enquanto a estabilidade dos preços é um dos objetivos menos relevantes; para os partidos conservadores, é o oposto.

Neste sentido, partidos socialistas tendem a adotar políticas económicas mais expansionistas, que estimulam a procura e o emprego, acabando por se situar num ponto da curva de Phillips caracterizado por uma taxa de inflação mais elevada e por uma taxa de desemprego mais reduzida. Já os partidos conservadores optam por políticas mais

restritivas com o objetivo de controlar a inflação, elegendo assim pontos na curva de Phillips caracterizados por taxas de inflação mais reduzidas e taxas de desemprego mais elevadas.

Beck (1982), numa revisão ao artigo de Hibbs (1977), embora concorde com Hibbs no sentido em que a ideologia dos governos afeta a economia, ao testar o impacto da ideologia política sobre o desemprego nos EUA, verifica que o efeito é mais reduzido do que aquele que era apontado por Hibbs (1977). Beck (1982) refere que, uma vez que a base de dados utilizada é a mesma, o período de análise é o mesmo e o método utilizado não é significativamente diferente, as causas de terem obtido diferentes resultados se devem fundamentalmente a duas razões teóricas. Hibbs (1977) defende que um mesmo partido se comporta sempre da mesma forma ao longo do tempo, mas Beck (1982) não concorda e defende que o mesmo partido é composto por diferentes membros e possui diferentes direções ao longo do tempo, pelo que irá ter diferentes visões em diferentes momentos. A segunda razão está relacionada com a falha apontada por Beck ao artigo de Hibbs, por este ignorar a influência do setor privado sobre a economia: a atuação dos decisores de política pode ser limitada pelo setor privado, isto é, não tem em consideração que o setor privado tem um processo racional de formação de expectativas e, como tal, os efeitos reais na economia provocados pela atuação dos decisores de política serão reduzidos devido à possibilidade do setor privado conseguir prever as políticas macroeconómicas do setor público e ajustar as suas expectativas em função disso.

Surgem então os modelos partidários com expectativas racionais que defendem que o eleitorado utiliza de forma racional toda a informação disponível para formar as suas expectativas quanto ao comportamento futuro dos decisores de política e à evolução das variáveis económicas. Perante a hipótese de expectativas racionais, é possível a ocorrência de ciclos políticos porque o eleitorado não sabe qual será o partido vencedor nas próximas eleições e, portanto, não consegue antever a política económica adotada a seguir à eleição. Alesina (1987) defende que é possível observar nos EUA políticas mais expansionistas no início das governações democratas, que se traduzem em maior despesa, pois estes partidos estão dispostos a utilizar a emissão de moeda como forma de financiar estas despesas o que irá aumentar a taxa de inflação; por outro lado, o início das governações republicanas é marcado por políticas restritivas, pois, contrariamente

aos partidos democratas, estes partidos têm uma forte preocupação com a estabilidade dos preços. Alesina e Sachs (1988) testam a existência de ciclos partidários na política monetária nos EUA e verificam que as diferenças são mais notórias no início dos mandatos. Perante a governação de partidos de esquerda, verifica-se um aumento do crescimento monetário e do produto enquanto, perante a administração de partidos de direita, verificam-se períodos de recessão com reduzido crescimento monetário. No entanto, com o passar do tempo, a economia ajusta-se ao novo governo e as políticas adotadas deixam de ter impacto real na economia. Tal acontece perante a hipótese de um eleitorado com um processo racional de formação das expectativas que conhece a lógica de atuação de cada um dos partidos. Desta forma, no final do mandato, as variáveis reais da economia têm comportamentos semelhantes sob governos de ideologias distintas.

Depois de revisitadas as contribuições seminais referentes aos ciclos político-económicos e compreendidos os aspetos teóricos referentes aos ciclos ideológicos, importa agora visitar alguns estudos empíricos ao nível nacional e local.

3. A ideologia partidária – evidência empírica

Neste capítulo, procura-se revisitar a literatura empírica sobre ciclos partidários ao nível nacional e local. No que se refere aos ciclos partidários ao nível nacional, procura-se identificar as consequências da ideologia política sobre a política orçamental, a política monetária e os resultados económicos. No que diz respeito aos estudos empíricos ao nível local, procura-se verificar, não só o impacto que a ideologia do governo local tem sobre o ambiente económico dos municípios, isto é, sobre os instrumentos de política e sobre os resultados económicos, mas também qual o impacto do alinhamento político entre o poder local e o poder central.

3.1. A evidência à escala nacional

Os estudos empíricos sobre a influência da ideologia política na economia podem ser divididos em dois grupos, tendo em atenção a evolução de um quadro de expectativas adaptativas para um contexto de expectativas racionais. A análise distinguirá um primeiro grupo que avalia de que forma a ideologia do governo afeta os instrumentos de política (orçamental e monetária) e um segundo grupo que analisa o impacto das preferências dos decisores de política sobre os principais objetivos de política económica: o produto, o desemprego e a inflação.

Inicialmente, admitia-se os eleitores tinham expectativas adaptativas e não conheciam as preferências dos diferentes partidos, pelo que os diferentes governos conseguiam concretizar as suas preferências: no caso de partidos de esquerda, reduzidas taxas de desemprego; no caso dos partidos de direita, reduzidas taxas de inflação (Hibbs, 1977). No entanto, com a introdução de expectativas racionais, os eleitores passam a conhecer a lógica de atuação dos diferentes partidos e a atuação dos governos apenas tem efeitos reais na economia no início dos mandatos, na medida em que os eleitores ajustam as suas expectativas e as políticas adotadas pelo governo passam a ter um reduzido impacto real.

Política orçamental

Angelopoulos *et al.* (2012) testam o impacto da ideologia política nos impostos sobre o rendimento do trabalho, sobre o rendimento do capital e sobre o consumo em 16 países no período de 1970 a 2000. Os autores concluíram que a relação entre a taxa efetiva de imposto sobre o rendimento do trabalho e a taxa efetiva de imposto sobre o capital é menor durante os governos de esquerda, o que traduz o facto de governos de esquerda defenderem uma maior tributação do rendimento do fator capital em detrimento do fator trabalho. Os autores constataam que as taxas efetivas de imposto sobre o capital foram mais elevadas durante governos de esquerda do que durante governos de direita. Já quando os autores consideram a taxa de imposto efetiva sobre o rendimento do fator trabalho, concluem que a ideologia não é estatisticamente significativa. Quanto às taxas efetivas de imposto sobre o consumo, os autores verificam que foram mais elevadas sob governos de esquerda do que sob governos de direita, o que, segundo os autores, pode traduzir uma tentativa dos governos de esquerda de criar uma ilusão fiscal junto dos contribuintes.

Já Cusack e Beramendi (2006) centram a sua análise apenas na influência da ideologia política sobre a taxa efetiva média de imposto sobre o rendimento do trabalho em 14 países da OCDE, no período de 1965 a 1995, e concluem que, ao contrário daquilo que se verifica em Angelopoulos *et al.* (2012), é nos mandatos em que são partidos de esquerda a governar que os impostos sobre o rendimento do fator trabalho são mais elevados. Os autores argumentam que uma possível razão para este facto é a de que os impostos sobre o rendimento são a fonte preferencial para financiar as despesas com a promoção do bem-estar social, pelo que governos que apoiam um Estado de bem-estar social forte, por norma partidos de esquerda, irão ter um maior nível de impostos sobre o rendimento do trabalho. Os autores referem, ainda, que o nível de impostos relativamente mais elevado sobre o fator trabalho contribui para a redução da desigualdade salarial, revelando a preocupação dos partidos de esquerda em promover o bem-estar social, já que com elevados impostos sobre o rendimento conseguem uma política redistributiva mais forte pelo lado da despesa.

No que se refere ao impacto que a ideologia política tem sobre as despesas totais, o estudo de Blais *et al.* (1993) revela que é perante a governação dos partidos de esquerda que se verifica um maior nível de despesa total. Os autores analisam 15 países

da OCDE no período de 1960 a 1987, considerando como variável dependente a despesa pública total e incluindo ainda no modelo duas variáveis de interação que revelam se o governo em questão tem minoria no parlamento e se se registou uma mudança do partido no poder, indicando assim se o governo em funções já se encontra no cargo há muito tempo. Os coeficientes das duas variáveis de interação apresentam valores negativos, o que significa que os governos de esquerda são mais despesistas quando estão em maioria no parlamento e quanto maior o tempo de governação. Quanto ao efeito isolado da ideologia, revelou-se estatisticamente significativo, indicando os governos de esquerda como sendo mais despesistas.

Numa análise focada nas despesas sociais, surgem estudos como Jensen (2012) que testa o impacto da ideologia do governo sobre as despesas sociais, em 18 países no período de 1980 a 2001, e subdivide as despesas sociais em apoios em caso de desemprego, pensões de velhice, serviços familiares e cuidados de saúde. Para o caso das pensões de velhice e serviços familiares, verificou-se um maior nível de despesas para os governos de esquerda e, para os restantes tipos de despesas, a ideologia não se mostrou estatisticamente significativa.

Busemeyer (2009) testa se a ideologia dos decisores de política influencia as despesas com educação, numa amostra constituída por 21 países para o período de 1980 a 2002. As despesas com educação são subdivididas em quatro tipos e expressas em percentagem do PIB: despesas com educação no ensino primário, secundário, não-secundário e ensino superior (neste caso, o período em estudo é de 1991 a 2002). O autor conclui que, a longo prazo, os governos de esquerda apresentam um maior nível de despesas totais com a educação; no entanto, a curto prazo verifica-se que são os governos de direita que apresentam maiores despesas totais com educação. Importa, porém, referir que as despesas com educação no ensino superior foram mais elevadas no caso dos governos de esquerda, quer no curto prazo, quer no longo prazo.

Política monetária

Alesina e Sachs (1988) testam a influência da ideologia partidária sobre a política monetária no período de 1948 a 1984 nos EUA. Os autores verificam que é no início do mandato que as diferenças entre democratas e republicanos são mais evidentes, concluindo que os partidos democratas apresentam taxas de crescimento do

produto acima da média. No que se refere à oferta de moeda, as diferenças persistem ao longo de todo o mandato, com os partidos democratas a apresentarem uma oferta de moeda superior à dos partidos republicanos. Os autores concluem que os partidos democratas atribuem maior importância ao crescimento do produto, enquanto os republicanos privilegiam a estabilidade dos preços.

No entanto, face à crescente independência dos bancos centrais é necessário ter em consideração que os responsáveis políticos enfrentam limitações à autonomia na gestão da política monetária, o que poderá diminuir as flutuações na economia que são politicamente motivadas, pelo que estudos mais recentes tendem a incluir nos seus modelos variáveis que captem o efeito da independência do banco central, como é o caso do estudo de Belke e Potrafke (2012). Os autores analisam 23 países da OCDE, excluindo aqueles que pertencem à UEM, no período de 1980 a 2005, e testam se os governos de esquerda implementam políticas monetárias mais expansionistas do que os governos de direita. Os autores utilizam dados trimestrais (devido à volatilidade das taxas de juro) e chegam à conclusão que as taxas de juro nominais de curto prazo são menores sob governos de esquerda; no entanto, estes resultados só se aplicam quando a dependência do banco central é elevada enquanto, no caso em que se verifica uma independência elevada do banco central, é durante governos de esquerda que se verificam as taxas de juro mais elevadas.

Resultados económicos

Vários autores analisam o impacto que a ideologia dos decisores de política tem sobre o estado da economia, nomeadamente em indicadores como o produto, o desemprego e a inflação. O estudo de Hibbs (1977), que analisa o impacto que a ideologia política tem sobre a inflação e o desemprego em 12 países da Europa Ocidental e da América do Norte, conclui que existem diferenças entre partidos políticos: partidos de esquerda apresentam taxas de desemprego comparativamente mais reduzidas e partidos de direita estão associados a taxas de inflação relativamente inferiores. Beck (1982) reavalia os resultados de Hibbs (1977) apenas para o caso do desemprego para os EUA, e conclui igualmente que, perante governação de partidos de esquerda o desemprego é mais reduzido, mas defende que o efeito que o fator ideologia tem sobre o desemprego está sobreavaliado. Com efeito, a dimensão do efeito

encontrado por Beck (1982) é cerca de um terço e meio daquele que é encontrado por Hibbs (1977).

Alesina e Roubini (1992) analisam 18 países no período de 1960 a 1987 e, utilizando dados trimestrais, testam a existência de ciclos ideológicos com base numa variável binária que indica a ideologia do governo nos primeiros 4, 6 e 8 trimestres e concluem que, durante os governos de esquerda, o crescimento anual do produto nacional bruto (PNB) é maior, a taxa de desemprego é mais reduzida e a taxa de inflação mais elevada.

Osterloh (2012) centra a sua análise apenas no impacto da ideologia política sobre o PIB em 23 países da OCDE no período de 1971 a 2004, utilizando como variáveis dependentes o crescimento anual do PIB e o crescimento médio do PIB em cinco anos, considerando duas formas diferentes de medir a ideologia: uma alternativa é a tradicional divisão do espectro ideológico entre esquerda e direita; a outra alternativa utilizada passa por distinguir os partidos de acordo com as políticas adotadas. O autor conclui que, utilizando a tradicional divisão ideológica esquerda-direita, a ideologia não tem impacto sobre o crescimento do produto; já no caso em que os partidos são caracterizados pelas políticas que adotam, Osterloh (2012) conclui que, perante a governação de partidos que defendem políticas que se traduzem numa menor intervenção na economia, num menor incentivo aos negócios e à inovação tecnológica, se verifica um maior crescimento do PIB. Ou seja, segundo o autor a não intervenção do Estado no mercado terá um impacto positivo no crescimento económico.

À semelhança de Osterloh, Potrafke (2012) também utiliza como objeto de estudo países da OCDE. Em concreto, analisa 21 países no período de 1951 a 2006, procurando testar a influência da ideologia partidária sobre o desempenho económico no curto prazo. Considera como variável dependente a taxa de crescimento anual do PIB. O autor conclui que, em sistemas políticos bipartidários, existe um aumento do crescimento do PIB em períodos pré-eleitorais e, perante a governação de partidos de esquerda, verifica-se um crescimento mais elevado nos dois primeiros anos do mandato. O autor constata que existe um comportamento oportunístico antes das eleições independentemente do partido em funções. Assim, o autor verificou que, durante o período em análise, não houve influência contínua da ideologia sobre o desempenho económico de curto prazo; em países com um sistema bipartidário (como é o caso da

Austrália, do Canadá, da Nova Zelândia, do Reino Unido e dos EUA), verificou-se um comportamento oportunístico antes das eleições. Por outro lado, o autor também verificou que a taxa de crescimento anual do PIB nos anos 50 foi mais elevada sob governos de direita, ao contrário do que aconteceu no período de 1991 a 2006 em que foi maior sob governos de esquerda.

Em síntese, no que se refere ao impacto da ideologia política sobre os impostos, a evidência empírica demonstra que é, em geral, sob os governos de esquerda que se verifica um maior nível de impostos; quanto às despesas públicas, constata-se que habitualmente os governos de esquerda apresentam um maior nível de despesas, comparativamente com os governos de direita. Quanto à política monetária, verifica-se que os partidos de esquerda tendem a adotar políticas monetárias mais expansionistas. No entanto, é de salientar que existe um forte entrave à manipulação da política monetária por parte dos governos, que está relacionado com a crescente independência dos bancos centrais e com o reforço dos processos de integração monetária. Sobre a independência do banco central, é de referir que não trará alterações apenas na política monetária, como também nos resultados económicos: Alesina e Gatti (1995) advogam que a existência de um banco central independente pode levar a uma menor taxa de inflação e uma menor variação do produto que é politicamente induzida, visto que a política monetária não é controlada pelo governo. Por último, é de referir que é durante a governação dos partidos de esquerda que se tendem a verificar maiores crescimentos económicos, menores taxas de desemprego e maiores taxas de inflação.

Após analisados alguns estudos que testam a influência da ideologia política ao nível nacional, este capítulo será concluído com a recolha de evidência empírica à escala local, sendo este o âmbito de aplicação deste trabalho.

3.2. A evidência à escala local

Esta secção procura reunir alguns estudos que testam a existência de ciclos político-económicos ao nível local, com particular destaque para os ciclos ideológicos. Quando se aborda a questão dos ciclos político-económicos ao nível local sob a perspectiva dos instrumentos de política macroeconómica, apenas é possível a análise da

política orçamental, uma vez que é a única que é influenciada pelos decisores locais de política.

No entanto, é necessário ter em atenção que a gestão da política orçamental ao nível local enfrenta algumas limitações, que podem ser de ordem vertical ou horizontal. As limitações de ordem vertical advêm da relação com níveis políticos hierarquicamente superiores (Desmond, 1955), sendo estes constrangimentos mais prováveis nos casos em que o governo local e o governo central não estão politicamente alinhados. As limitações horizontais resultam da relação entre as próprias jurisdições locais e, neste caso, existem dois efeitos possíveis: o efeito *yardstick competition* (Besley, 1995) e o efeito *spillover* (Caso *et al.*, 1993). O efeito *yardstick competition* resulta do facto de o executivo local querer sinalizar o seu nível de competência para se demonstrar tão eficiente quanto os responsáveis dos municípios vizinhos e, neste caso, o que se verifica é que existe uma convergência de políticas, em que os governos locais acabam por se imitar. No âmbito do efeito *spillover*, as políticas apresentadas pelos diferentes governos são distintas, podendo desempenhar um papel de complementaridade ou substituíbilidade (Caso *et al.*, 1993): o facto de uma jurisdição investir mais em saúde pode levar a jurisdição vizinha a não investir, pois pode já estar suficientemente abastecida pela oferta disponibilizada pelo governo local investidor.

Sakurai e Menezes-Filho (2011) testam a existência de ciclos partidários nos municípios brasileiros e concluem que a ideologia é importante: os governos de esquerda gastam menos do que os partidos de centro e de direita e são os políticos de esquerda que promovem um maior grau de equilíbrio orçamental. Por outro lado, a adoção de um comportamento oportunístico, através de um aumento das despesas correntes em períodos próximos das eleições, verifica-se independentemente da ideologia do partido incumbente. Esta evidência é contrária ao que seria de esperar, uma vez que, por norma, são os partidos de esquerda que apresentam um maior nível de despesa e são os partidos de direita que têm uma maior preocupação com a estabilidade orçamental. Klein (2014) explica melhor este facto ao dividir a sua análise em períodos eleitorais e períodos não eleitorais e verificar que, em períodos não eleitorais, os governos de esquerda apresentam um maior grau de equilíbrio orçamental, maior nível de receitas fiscais e menores despesas de capital, mas o mesmo não acontece em períodos eleitorais em que são os partidos de esquerda que apresentam um maior nível

de despesas. Klein (2014) justifica este facto argumentando que os governos brasileiros locais parecem só revelar a sua verdadeira ideologia partidária em períodos pré-eleitorais.

No que se refere ao alinhamento político entre poder local e poder central, Sakurai e Menezes-Filho (2011) verificam que, quando o governo local e o governo central estão politicamente alinhados, o investimento e o equilíbrio orçamental são menores e as receitas tributárias próprias são maiores, existindo um efeito positivo sobre os gastos correntes nos anos eleitorais.

Casal *et al.* (2014) testam a influência da ideologia política no ambiente económico dos municípios espanhóis e concluem que aquela se revela importante em aspetos como a dívida dos municípios e a capacidade de pagamento de curto prazo. Os partidos que não apresentam uma ideologia claramente definida possuem uma menor dívida e uma maior capacidade de pagamento de curto prazo, mas as diferenças entre liberais e conservadores não são significativas. No que se refere ao alinhamento partidário, os autores não encontraram evidência significativa em qualquer dimensão financeira analisada, ao contrário de estudos anteriores, tais como o de Solé-Ollé e Sorribas-Navarro (2008) que concluem que o nível de transferências para os municípios, cujo governo local está politicamente alinhado com o poder central, é maior.

Baskaran (2012) testa a influência que a ideologia política tem sobre as despesas totais e o saldo orçamental nos 16 Estados federados da Alemanha e conclui que, no caso das despesas, a ideologia se revelou estatisticamente significativa com os partidos de esquerda a apresentarem um nível de despesas totais *per capita* mais elevado do que os partidos de direita, mas mais reduzido do que os partidos de coligação. Por outro lado, esta diferença não se repercutiu significativamente no saldo orçamental. Uma das razões apontadas pelo autor para este facto é a possibilidade de, no período em análise, os governos de esquerda terem recebido um maior montante de transferências por parte do governo central (isto porque a única forma que teriam de compensar as despesas mais elevadas era através de receitas mais elevadas e, dada a reduzida autonomia dos governos locais na Alemanha, a sua principal fonte de receita são as transferências). Roesel (2017) estuda também o caso da Alemanha mas a um nível mais desagregado, analisando 427 governos locais, e conclui que os governos de esquerda apresentam um

maior défice orçamental. O autor testa ainda a influência do alinhamento entre governos locais e supervisores orçamentais e verifica que este facto não tem impacto no défice orçamental.

Mais recentemente, Le Maux *et al.* (2017) testam a influência da ideologia partidária sobre os gastos sociais e não sociais nos departamentos franceses. Os autores apontam algumas falhas a estudos passados, afirmando que os estudos empíricos realizados anteriormente admitem erroneamente que a maior intervenção na sociedade por parte dos partidos de esquerda se deve a características ideológicas. Os autores contestam este facto, afirmando que é nas zonas com maior desigualdade que os partidos de esquerda são eleitos, logo terão necessariamente uma maior preocupação com a igualdade. Os autores concluem que, no caso dos gastos sociais, não existem efeitos partidários, mas o mesmo não acontece no caso das despesas não sociais em que os governos de esquerda apresentam gastos superiores aos partidos de direita.

Quanto à evidência empírica ao nível local em Portugal, Marta (2000) testa a existência de ciclos oportunistas e ideológicos em 24 municípios portugueses, durante o período de 1977 a 1997, assumindo como variável dependente as despesas reais de capital *per capita*. De entre as variáveis explicativas de natureza política, encontra-se uma variável representativa da ideologia partidária do executivo camarário. Marta (2000) constata a existência de ciclos políticos oportunistas e conclui que estes se verificam independentemente da ideologia do executivo camarário; por outro lado, o autor não encontra evidência que comprove a existência de ciclos ideológicos nas despesas de capital.

À semelhança de Marta (2000), Coelho (2004) também não encontra evidência significativa que comprove a existência de ciclos ideológicos sobre as despesas de capital (reais *per capita*). O autor testa a existência de ciclos oportunistas e ideológicos nos 86 municípios pertencentes à região Norte, procurando averiguar a presença de ciclos partidários em aspetos referentes às despesas municipais e à taxa de desemprego municipal. No que se refere às despesas municipais, o período de análise é de 1979 a 2000 e o autor verifica que as despesas de capital (reais *per capita*) realizadas pelos governos de esquerda são inferiores às realizadas pelos governos de direita; contudo, é de realçar que o sinal do coeficiente que capta o efeito ideológico não tem um sinal constante e, por vezes, não é estatisticamente significativo. Quanto à taxa de

desemprego, o período de análise é de 1985 a 2000 e o autor conclui que o aumento nas despesas municipais contribui para o aumento do emprego. No entanto, refere que não há evidências significativas quanto à ocorrência de ciclos partidários na taxa de crescimento do desemprego.

Veiga e Veiga (2007) testam a existência de ciclos políticos racionais no período de 1979 até 2001, nos 278 municípios de Portugal continental. Os autores procuram encontrar evidência empírica quanto à ocorrência de ciclos políticos oportunistas e partidários no saldo orçamental, nos impostos, no total de despesas, nas despesas de capital e nas despesas de investimento. Os autores concluem que as despesas de capital são maiores durante os mandatos em que o governo incumbente tem uma ideologia de direita. Para as restantes variáveis, não foi encontrada evidência da existência de ciclos partidários.

Por outro lado, os autores testam se a magnitude do ciclo oportunístico nas despesas de investimento varia de acordo com a ideologia partidária e chegam à conclusão que existe um comportamento oportunístico independentemente da ideologia do executivo camarário, isto é, verifica-se um aumento das despesas de investimento em anos eleitorais qualquer que seja o partido em funções. No entanto, perante governos de esquerda, verifica-se um aumento mais acentuado deste tipo de despesas. O estudo mais recente que testa a influência da ideologia política ao nível local em Portugal é o de Veiga e Veiga (2014) que analisa o défice orçamental (recorrendo ao saldo orçamental primário) e a dívida, para o período de 1979 a 2012 e 2003 a 2012, respetivamente. Os autores verificam que os governos locais de esquerda apresentam um saldo orçamental maior e uma menor acumulação de dívida pública, concluindo ainda que o facto de o governo local ter sido eleito por maioria absoluta e a verificação do alinhamento político entre o governo local e o governo central tem um impacto positivo no saldo orçamental. Os autores verificam ainda um aumento da acumulação de dívida pública em anos eleitorais, sendo os governos de esquerda os que acumulam menos dívida pública.

Os estudos sobre o impacto que o alinhamento político entre o governo local e o governo central tem sobre a economia dos municípios portugueses são escassos e debruçam-se essencialmente sobre a influência nas transferências intergovernamentais.

Pinho e Veiga (2004) analisam todos os municípios de Portugal continental no período de 1979 a 2001, procurando avaliar se o facto dos representantes dos poderes local e central estarem politicamente alinhados tem influência sobre as transferências recebidas pelos municípios portugueses e concluem que o alinhamento político entre diferentes instâncias do governo não tem impacto nas transferências recebidas pelos municípios portugueses. Migueis (2013) obtém um resultado diferente, analisando todos os municípios portugueses durante o período de 1992 a 2005 conclui que os municípios que estão politicamente alinhados com o governo central recebem em média mais 19% em transferências.

A Tabela 6 sistematiza os estudos empíricos e as respetivas conclusões.

Tabela 6 – Ideologia partidária: evidência à escala local

Autor	Amostra	Metodologia	Variáveis dependentes	Efeitos da ideologia partidária
Sakurai e Menezes-Filho (2011)	2527 municípios brasileiros 1989-2005	Método dos momentos generalizados	Saldo orçamental Despesas totais Despesas correntes Despesas de investimento Receitas municipais de impostos locais	Os partidos de esquerda gastam menos do que os partidos de centro e de direita e promovem um maior grau de equilíbrio orçamental. As despesas locais são menores quando governo local e central estão politicamente alinhados.
Klein (2014)	3393 municípios brasileiros 2001-2008	Método dos mínimos quadrados e método dos momentos generalizados	Saldo orçamental Despesas totais, despesas correntes, despesas com pessoal, despesas de capital, despesas de investimento. Receitas totais, receitas tributárias, transferências correntes, transferências de capital	Durante o período eleitoral, partidos de direita apresentam um saldo orçamental mais elevado, em resultado de um aumento nas receitas; os partidos de esquerda aumentam as receitas e as despesas de forma mais acentuada, não havendo alterações significativas no saldo orçamental. Durante o período não eleitoral, as diferenças entre partidos não são tão notórias. O saldo orçamental é relativamente mais reduzido durante a governação dos partidos de direita.
Casal <i>et al.</i> (2014)	387 municípios espanhóis 2007-2011	Análise fatorial	Seis grupos compostos por diferentes indicadores, que representam: volume da dívida; a solvência orçamental baseada na capacidade do município gerar as suas próprias receitas; índice de serviços e índice de imposto relacionado com a atividade económica no município; indicadores de transferências, investimento e políticas de gastos; solvência de curto prazo; equilíbrio orçamental	Partidos sem uma ideologia claramente definida apresentam um nível de dívida inferior e uma maior capacidade de pagamento de curto prazo. As diferenças entre partidos de esquerda e direita não são significativas.

Autor	Amostra	Metodologia	Variáveis dependentes	Efeitos da ideologia partidária
Solé-Olé e Sorribas Navarro (2008)	869 municípios espanhóis 1993-2003	Modelo econométrico	Transferências	Este artigo testa apenas o efeito do alinhamento político sobre as transferências e conclui que governos politicamente alinhados recebem um maior montante de transferências. Governos politicamente alinhados recebem em média mais 40% em transferências do que os governos politicamente não alinhados.
Baskaran (2012)	16 Estados federados da Alemanha 1975-2005	Desenho de descontinuidade de regressão	Despesas reais Saldo orçamental	Governos de esquerda gastam mais do que os governos de direita e os governos de coligação. Governos de esquerda têm défices mais elevados do que os governos de direita mas mais reduzidos do que os governos mistos.
Roesel (2017)	427 governos locais alemães 2000-2004	Método dos mínimos quadrados	Défice orçamental	Governos de esquerda têm maiores défices orçamentais do que os governos de direita. O alinhamento ideológico entre supervisores orçamentais e governos locais não tem impacto estatisticamente significativo.
Le Maux <i>et al.</i> (2017)	93 departamentos metropolitanos franceses 1998-2008	Desenho de descontinuidade de regressão e metodologia de correspondência de propensão	Despesas sociais e despesas não sociais	No caso das despesas sociais, os autores não encontram efeitos partidários. No caso das despesas não sociais, os autores concluem que partidos de esquerda gastam mais do que os partidos de direita.
Marta (2000)	24 municípios portugueses 1977-1997	Método dos mínimos quadrados	Despesas de capital	A ideologia do governo incumbente não é relevante para a influência sobre os ciclos das despesas de capital. O comportamento oportunístico de aumento das despesas de capital em períodos próximos das eleições verifica-se independentemente da ideologia do partido em funções.

Autor	Amostra	Metodologia	Variáveis dependentes	Efeitos da ideologia partidária
Coelho (2004)	82 municípios portugueses 1979-2000	Mínimos quadrados generalizado	Despesas correntes Despesas de capital Despesas de investimento Evolução do emprego	No que se refere à ocorrência de ciclos partidários nos instrumentos de política, os resultados são inconclusivos, uma vez que o sinal associado à variável que capta o efeito partidário não é constante. Por outro lado, não existe evidência estatisticamente significativa da ocorrência de ciclos partidários nos resultados económicos.
Veiga e Veiga (2007)	278 municípios portugueses 1979-2001	Método dos momentos generalizados	Saldo orçamental Impostos Despesas totais, de capital e de investimento	Apenas existe influência da ideologia no caso das despesas de capital, que são maiores durante a governação de partidos de direita, quando comparadas com os partidos de esquerda.
Veiga e Veiga (2014)	308 municípios portugueses 1979-2012	Método dos momentos generalizados	Saldo orçamental Dívida pública	Governos locais de esquerda e governos locais politicamente alinhados com o governo central tendem a apresentar maior saldo orçamental e acumular menos dívida.
Pinho e Veiga (2004)	278 municípios portugueses 1979-2001	Método dos momentos generalizados	Transferências para os municípios	O alinhamento partidário entre governos local e central não se traduz num maior montante de transferências. Existe um aumento das transferências em anos de eleições autárquicas e legislativas.
Migueis (2013)	305 municípios portugueses 1992-2005	Desenho de descontinuidade de regressão	Transferências para os municípios	Os municípios cujo governo local se encontra politicamente alinhado com o governo central são favorecidos recebendo em média aproximadamente mais 19% em transferências.

4. O enquadramento político dos municípios portugueses

A Constituição da República Portuguesa define, no artigo 110º, como órgãos de soberania nacional: o Presidente da República, a Assembleia da República, o Governo e os Tribunais. O Presidente da República é o representante máximo do Estado, eleito por sufrágio universal, direto e secreto e, entre as suas competências, destacam-se a possibilidade de dissolver a Assembleia da República, nomear o Primeiro-Ministro e a possibilidade de demitir o Governo. As competências da Assembleia da República estão discriminadas no artigo 161º da Constituição da República Portuguesa. Este órgão possui competências legislativas, tais como a aprovação de alterações à constituição e a criação de novas leis. O Governo é o órgão superior da administração pública com competências políticas, legislativas e administrativas; compete-lhe formular legislação que não está sob o domínio da Assembleia da República, mas também legislação que está sob o domínio da Assembleia da República, desde que com a autorização desta; possui ainda competências administrativas tais como garantir o cumprimento do Orçamento do Estado. Os Tribunais são responsáveis pela aplicação da justiça em nome do povo, estão organizados por categoria e são independentes.

A Constituição da República Portuguesa (CRP) compreende ainda a existência de órgãos políticos que não são de soberania nacional: é o caso das regiões autónomas e das autarquias locais. As autarquias locais são definidas no artigo 235º da Constituição da República Portuguesa como: *“pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas”*. As autarquias locais são compostas por três categorias no caso de Portugal continental: as freguesias, os municípios e as regiões administrativas (embora previstas na Constituição não estão implementadas em Portugal); no caso das regiões autónomas, aplicam-se apenas as freguesias e os municípios (artigo 236º da CRP).

Para este estudo, importa compreender o funcionamento do sistema político e financeiro dos municípios. Formalmente instituídos pela Constituição da República Portuguesa de 1976, os municípios portugueses são representados pela Assembleia Municipal e pela Câmara Municipal (artigo 250º da CRP). Atualmente, o poder local é regido essencialmente por dois diplomas, o regime jurídico das autarquias locais (Lei

n.º 75/2013, de 12 de setembro¹) e o regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais (Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro²). A legislação enquadradora do poder local surgiu no início do período democrático (1977 e 1979, respetivamente, para o regime jurídico e para o regime financeiro), mas foi sendo alvo de variadas alterações.

As responsabilidades dos municípios foram instituídas inicialmente pela Lei n.º 79/1977, de 25 de outubro, mas ao longo do tempo têm vindo a ser acrescentadas novas responsabilidades (a versão mais completa que estabelece o quadro de transferências e atribuições para as autarquias locais é a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro): é da competência dos municípios a promoção do bem-estar das suas populações, o fornecimento de bens públicos, o investimento em formação e educação e a promoção do desenvolvimento.

Sistema político dos municípios

À escala municipal, a Câmara Municipal é órgão executivo e a Assembleia Municipal é o órgão deliberativo. Os representantes do poder local são eleitos por *“sufrágio universal, directo, secreto e periódico e por listas plurinominais apresentadas em relação a cada órgão, dispondo o eleitor de um voto singular de lista”* (artigo 11º da Lei eleitoral dos órgãos das autarquias locais: Lei orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto). Tal significa que todos os eleitores recenseados numa determinada autarquia têm direito ao voto na sua autarquia, o seu voto é secreto, e têm a possibilidade de escolher, de entre uma lista de candidatos, aqueles que pretendem que exerçam as funções políticas na sua autarquia, tendo em atenção que as listas são plurinominais, o que significa que quando se vota numa lista se está a escolher um conjunto de candidatos e não um candidato apenas. As eleições autárquicas são periódicas, as primeiras ocorreram em dezembro de 1976. Até 1985, estas eleições ocorreram com uma periodicidade de 3 anos e, de 1985 em diante, com uma periodicidade de 4 anos.

No caso específico dos municípios, a Câmara Municipal elabora e executa o quadro geral das políticas locais, que tem de ser submetido à Assembleia Municipal

¹ Alterada pelas leis: Lei n.º 25/2015 de 30 de março; Lei n.º 69/2015 de 16 de julho; Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março; Lei n.º 42/2016 de 28 de dezembro.

² Alterada pelas leis: Lei: Lei n.º 82-D/2014 de 31 de dezembro; Lei n.º 69/2015 de 16 de julho; Lei n.º 132/2015 de 4 de setembro; Lei n.º 132/2015 de 4 de setembro; Lei n.º 7-A/2016 de 30 de Março; Lei n.º 42/2016 de 28 de dezembro.

para aprovação. Estes dois órgãos são eleitos simultaneamente exceto em caso de eleições intercalares (artigo 56º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março).

Os elementos que compõem a Assembleia Municipal são eleitos diretamente em número superior ao total dos presidentes de Junta de Freguesia que a integram (artigo 42º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro).

A Câmara Municipal é o órgão executivo eleito pelos cidadãos recenseados na área, e é composta pelo Presidente da Câmara e pelos vereadores (artigo 56º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro), sendo que um destes é o Vice-presidente, escolhido pelo Presidente. O número de vereadores varia de acordo com o número de eleitores do município, conforme é apresentado na tabela seguinte (Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março).

Tabela 7 – Composição do executivo da Câmara Municipal

Municípios	Presidente e vereadores
Lisboa	17
Porto	13
Eleitores > 100 000	11
50 000 < Eleitores < 100 000	9
10 000 < Eleitores < 50 000	7
Eleitores ≤ 10 000	3

Regime financeiro dos municípios

No que respeita às finanças municipais, o diploma fundamental que regula a atividade financeira das autarquias, a Lei das Finanças Locais, foi publicado em 1979, sendo alvo de variadas alterações até ao momento, sendo a versão mais atual a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Pelo artigo 6º da referida Lei, a autonomia financeira constitui um dos princípios fundamentais que regula a atividade financeira das autarquias e, segundo este princípio, as autarquias podem angariar as receitas que lhe sejam permitidas por lei e canalizar o seu património para satisfazer as necessidades da população conforme lhe é legalmente permitido. Assim, as fontes de receita e de despesa são apresentadas na Tabela 8.

Tabela 8 – Classificação económica das receitas e despesas dos municípios portugueses

Receitas correntes		Despesas correntes	
<ul style="list-style-type: none"> • Impostos diretos • Impostos indiretos • Taxas, multas e outras penalidades • Rendimento da propriedade • Transferências correntes • Venda de bens e serviços correntes • Outras receitas correntes 		<ul style="list-style-type: none"> • Despesas com o pessoal • Aquisição de bens e serviços • Juros e outros encargos • Transferências correntes • Subsídios • Outras despesas correntes 	
Receitas de capital		Despesas de capital	
<ul style="list-style-type: none"> • Venda de bens de investimento • Transferências de capital • Ativos financeiros • Passivos financeiros • Outras receitas de capital 		<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de bens de capital • Transferências de capital • Ativos financeiros • Passivos financeiros • Outras despesas de capital 	

Fonte: Direção Geral das Autarquias Locais, POCAL, classificadores económicos.

5. Uma aplicação aos municípios portugueses

Este capítulo tem por objetivo testar a influência da ideologia política sobre o desempenho económico, avaliando o impacto sobre os instrumentos de política e os objetivos de política nos municípios portugueses. Com vista a estabelecer um melhor enquadramento político será igualmente considerado o comportamento oportunístico dos decisores de política, o alinhamento partidário entre poder local e o poder central e a influência do facto de o poder local governar com maioria. Para tal, serão analisados dados relativos aos 308 municípios portugueses no período de 2002 a 2015.

Atendendo a que se trata de dados longitudinais, isto é, da observação das mesmas variáveis para um conjunto indivíduos (os 308 municípios portugueses) ao longo do tempo e se pretende comparar variáveis quantitativas com base numa segmentação por variáveis qualitativas, não será possível a utilização, mais frequente, de modelos lineares generalizados, como a análise de variância (ANOVA) e a análise de covariância (ANCOVA), pois um dos requisitos para aplicação destas técnicas estatísticas consiste na verificação da independência das observações (Shek e Ma, 2011). Ora, tal não acontece neste caso concreto de dados longitudinais, uma vez que os dados referentes aos municípios para os diferentes anos são dependentes entre si.

Nestes casos, uma das possíveis soluções para avaliar o impacto de variáveis qualitativas sobre as variáveis quantitativas passa pela utilização de modelos mistos. Esta técnica estatística permite acomodar observações dependentes, através da modelização da correlação entre medidas repetidas (isto é, a observação de um mesmo sujeito em diferentes momentos) (Shek e Ma, 2011).

5.1. Modelos mistos – explicação da metodologia

Os modelos lineares mistos, também designados de modelos lineares hierárquicos ou modelos multiníveis (West, 2009), devem a sua designação ao facto de serem lineares nos parâmetros e permitirem acomodar simultaneamente efeitos fixos e efeitos aleatórios. Os efeitos fixos predizem um valor esperado para a variável dependente e os efeitos aleatórios representam possíveis desvios nessa mesma relação. Os efeitos aleatórios podem ser introduzidos no termo independente, e neste caso não se conhece verdadeiramente os fatores originários da heterogeneidade, e através da

inclusão no vetor dos efeitos aleatórios, sendo que o mais habitual é que os efeitos aleatórios variem com o tempo e também influenciem as covariáveis acabando por ser introduzidos no vetor dos efeitos fixos através da interação com outras variáveis (Fausto *et al.*, 2008). Segundo Littell (2004), os efeitos fixos fornecem um valor esperado para a variável dependente e os efeitos aleatórios a variância e covariância das observações. Esta metodologia pode ser dividida em duas componentes: a primeira diz respeito a um modelo de regressão que estabelece a relação entre as variáveis preditoras e a variável dependente e a segunda componente diz respeito à modelização da matriz de correlação ou covariância das medidas repetidas (Landau, 2004).

A representação matricial de um modelo linear misto é dada por Laird e Ware (1982) como:

$$Y_{ij} = X_{ijk} \beta_k + Z_{ijk}' b_{ik'} + \varepsilon_{ij},$$

Onde

- Y_{ij} representa o vetor das variáveis dependentes contínuas para o i -ésimo indivíduo ($i = 1, \dots, N$) no instante j ($j = 1, \dots, T$);
- β_k representa o vetor dos parâmetros associados aos efeitos fixos;
- X_{ijk} é a matriz das covariáveis dos efeitos fixos;
- $b_{ik'}$ é o vetor dos efeitos aleatórios;
- Z_{ijk} é a matriz de covariáveis dos efeitos aleatórios;
- ε_i é o vetor dos erros aleatórios.;
- $K = 1, \dots, p$ e $K' = 1, \dots, q$; onde q representa o número de efeitos aleatórios e p representa o número de efeitos fixos.

Os pressupostos inerentes ao modelo são:

- i) b_i segue uma distribuição normal com média zero e uma matriz de variâncias e covariâncias dada por uma matriz definida positiva $q \times q$;
- ii) ε_i segue uma distribuição normal com média zero e uma matriz de variâncias e covariâncias dada por uma matriz definida positiva $T_i \times T_i$;
- iii) b_i e ε_i são independentes entre si para cada sujeito de i .

Na maioria das vezes, no caso de medidas repetidas as diferentes observações para um mesmo indivíduo estão correlacionadas entre si, o mais provável é que os erros aleatórios para diferentes observações de um mesmo indivíduo não sejam independentes.

A estimação dos modelos mistos pode ser efetuada recorrendo a dois métodos alternativos: o método da máxima verosimilhança ou o método da máxima verosimilhança restrita.

A principal diferença entre estes dois métodos de estimação reside no facto de o método de máxima verosimilhança produzir estimativas enviesadas para a variância, pois não considera a perda de graus de liberdade resultante da estimação de efeitos fixos, contudo este problema não se coloca quando se trata de amostras de grande dimensão, sendo que nesse caso as diferenças entre o método de máxima verosimilhança e máxima verosimilhança restrita são insignificantes (Albright e Marinova, 2010). Por outro lado existem duas formas de aferir sobre a qualidade de ajustamento dos modelos, uma opção é através da comparação dos valores dos critérios de informação de máxima verosimilhança, sendo os mais utilizados o critério Akaike (AIC) e o critério Bayseniano (BIC) dados respetivamente por:

$$AIC = -2l + 2p$$

$$BIC = -2l + p \log N;$$

onde l representa o máximo da função log-verosimilhança, p o número de parâmetros estimados no modelo e N o número de observações.

A segunda forma é através da utilização do teste de razão de máxima verosimilhança, e neste caso só é possível a comparação de dois modelos de cada vez, sendo que um dos modelos, o que possui menor número de efeitos fixos, tem de ser um caso especial de outro, o que possui maior número de efeitos fixos. Este procedimento de comparar modelos com diferentes estruturas de fatores fixos só é possível no caso da estimação pelo método da máxima verosimilhança, uma vez que no caso da estimação pelo método da máxima verosimilhança restrita qualquer alteração na matriz de efeitos fixos leva a uma alteração no valor da função log-verosimilhança restrita contrariamente aos estimadores de máxima verosimilhança que não variam face à reparametrização dos efeitos fixos (Cabral e Gonçalves, 2011). Uma vez que o objetivo deste estudo é testar a influência dos fatores fixos sobre a variável dependente e será necessário comparar modelos para verificar se a integração de mais fatores fixos melhora o modelo serão comparados critérios de informação de forma a escolher o modelo que melhor se ajusta aos dados em estudo; ora esse passo só é possível com a utilização do método de

máxima verosimilhança. Pelas razões elencadas será escolhido o método de máxima verosimilhança para estimação dos modelos.

5.2. Aplicação prática

Os dados referentes às finanças municipais³ foram obtidos através da publicação anual das finanças municipais da responsabilidade da Direção Geral das Autarquias Locais, elaborada com base no tratamento da informação financeira dos municípios portugueses, disponível em <http://www.portautarquico.pt/pt-PT/financas-locais/dados-financeiros/contas-de-gerencia/>.

A taxa de emprego por município corresponde ao rácio entre o pessoal ao serviço nas empresas com sede no município (informação disponível a partir do ano de 2004), cuja fonte é o Sistema de Contas Integradas das Empresas (INE), e o total de população com idade superior a 14 anos, cujos dados são retirados das Estimativas Anuais de População Residente (INE). Os dados sobre o índice do poder de compra *per capita* (INE) têm periodicidade bienal, pelo que os valores em falta foram obtidos por meio de interpolação linear, sendo que, até ao momento, este indicador apenas se encontra publicado até ao ano de 2013. A informação referente ao rácio de dependência da população residente foi retirada das Estimativas Anuais de População Residente (INE) e a taxa de emprego nacional foi obtida através do Inquérito ao Emprego⁴ (INE).

Os dados referentes aos momentos de eleições autárquicas e aos resultados eleitorais foram obtidos através da Direção Geral da Administração Interna.

Importa referir que todas as variáveis financeiras se encontram avaliadas a preços constantes. Para tal, foi utilizado o deflator do PIB de ano base 2011, calculado pelo Banco de Portugal e disponível em: <https://www.bportugal.pt/Mobile/BPStat/Serie.aspx?IndID=723452&SerID=1768055&SW=1349>. Apesar de o deflator do PIB ser um deflator nacional, igual para todos os municípios, o que se pretende com a conversão das variáveis para preços constantes é eliminar os efeitos de possíveis variações provocadas pela taxa de inflação que podem interferir nas conclusões finais (exemplificando uma situação hipotética, imagine-se que

³ Para o período em análise, não existem dados para o município de Setúbal no ano 2006 e para os municípios de Amadora, Tomar e Santa Cruz no ano de 2007, pelo que os dados financeiros para estes anos foram obtidos através do método de interpolação linear entre os anos adjacentes.

⁴ O Inquérito ao Emprego não tem representatividade estatística ao nível do município, o que explica que a taxa de emprego ao nível municipal tenha sido obtida a partir de outras fontes.

os períodos de maior inflação eram aqueles em que havia uma maior percentagem de partidos de direita a governar, isto poderia levar a um enviesamento de conclusões, indicando que os governos de direita são mais despesistas quando tal poderia não corresponder à realidade).

Variáveis dependentes

Com o objetivo de testar a influência do contexto político e, em particular, da dimensão ideológica sobre os instrumentos de política, foram utilizadas as variáveis referentes à despesa e ao saldo de execução orçamental *per capita*; para aferir a influência sobre os objetivos de política, foram analisados a taxa de emprego e o índice do poder de compra *per capita*. Em concreto, as variáveis dependentes são:

- DESP_PC: variável contínua representativa da despesa pública municipal total *per capita* (excluídos os ativos e passivos financeiros);
- DESP_CAP_PC: variável contínua representativa da despesa pública municipal de capital *per capita* (excluídos ativos e passivos financeiros);
- DESP_INV_PC: variável contínua indicativa da despesa pública municipal de investimento *per capita*.
- SO_PC: variável contínua representativa do saldo de execução orçamental municipal calculado pela diferença entre a receita *per capita* (excluindo ativos e passivos financeiros) e a despesa *per capita* (excluindo ativos e passivos financeiros);
- TX_EMPREGO: variável contínua indicativa da taxa de emprego por município, calculada como o rácio entre a população ao serviço das empresas por localização geográfica da sede e o total de população com idade superior a 14 anos. Tal como se encontra formalizada, pode assumir valores superiores a 100%, uma vez que é calculada com a população empregada nas empresas que têm sede no município e não com a população empregada no município.
- IPC_PC: índice do poder de compra *per capita*, enquanto indicador que reflete o dinamismo económico manifestado nos municípios.

Variáveis independentes

Para além das variáveis referentes à ideologia (ESQUERDA e DIREITA) que pretendem testar a existência de comportamentos ideológicos por parte dos governos

locais, serão também considerados outros aspetos para avaliar o enquadramento político relevante com vista a obter uma análise mais completa. Assim, será testada a evidência de comportamentos oportunistas por parte dos decisores de política, com recurso às variáveis representativas dos anos eleitorais, e também se procurará avaliar a influência do alinhamento partidário entre governo local e governo central e ainda analisar o efeito do facto do governo local ter sido eleito com maioria absoluta.

Concretamente as variáveis independentes são:

- ESQUERDA: variável binária que assume o valor 1 no caso do governo local ser de esquerda (PS, PCP/CDU ou PRD) e 0 no caso de se tratar de um partido de direita ou independente. É mais provável que esta variável tenha um efeito estatisticamente significativo sobre os instrumentos de política, uma vez que estes são mais facilmente manipuláveis pelos decisores de política local do que os objetivos de política;
- DIREITA: variável binária que assume o valor 1 no caso em que o governo local é um partido de direita (PPD/PSD, CDS/PP ou MPT) e 0 no caso em que se trata de um partido de esquerda ou independente. Esta variável deve ser testada em alternativa à variável ESQUERDA;
- ELEI_AUT: variável binária codificada com o valor 1 nos anos em que existem eleições autárquicas (apresentados na Tabela 9) e com o valor 0 nos restantes anos. Espera-se um aumento do nível de despesas e uma deterioração do saldo de execução orçamental nos anos de eleições autárquicas; no caso dos objetivos de política, se esta variável se revelar estatisticamente significativa, traduzirá um impacto positivo sobre a taxa de emprego e o índice do poder de compra;

Tabela 9 – Data das eleições autárquicas

16 de dezembro de 2001
9 de outubro de 2005
11 de outubro de 2009
29 de setembro de 2013

Nota: No ano 2007, houve eleições intercalares no município de Lisboa havendo alteração da ideologia política do governo local: até 15 de Julho de 2007, o município de Lisboa era governado por um partido de centro de direita (PSD); nas eleições intercalares, foi eleito um partido de centro de esquerda (PS).
Fonte: Direção Geral da Administração Interna.

- A_ELEI_AUT: variável binária que assume o valor 1 no ano anterior às eleições autárquicas e 0 nos restantes anos. É expectável a existência de um aumento da despesa e deterioração do saldo de execução orçamental no ano anterior ao momento eleitoral;
- POS_ELEI_AUT: variável binária que assume o valor 1 nos anos posteriores às eleições autárquicas e 0 nos restantes anos. As eleições autárquicas ocorrem muito próximas do final do ano; por isso, admite-se que os seus efeitos ainda estejam muito presentes no ano posterior, com impacto positivo na despesa pública e negativo no saldo orçamental;
- MAIORIA: variável binária codificada com o valor 1 para os casos em que o presidente da câmara é eleito por maioria absoluta e 0 em caso contrário; esta variável é calculada pela Direção Geral da Administração Interna, apresentando o valor 1 no caso em que o governo local é eleito com uma percentagem de votos superior a 50 % e 0 no caso contrário. Face aos resultados obtidos por estudos anteriores que testam a influência do facto de um governo local ter sido eleito com maioria absoluta sobre os instrumentos de política, de que é exemplo o estudo de Veiga e Veiga (2007), que conclui que a variável MAIORIA não tem influência sobre as despesas de investimento é de esperar que a variável não tenha um impacto estatisticamente significativo quer sobre os instrumentos de política, quer sobre os objetivos de política. Porém, é mais provável que um governo eleito com maioria absoluta se sinta mais confortável para adotar políticas que vão ao encontro da sua ideologia, contrariamente a uma situação em que tivesse sido eleito com minoria, caso em que tenderia a adotar um comportamento oportunístico com o objetivo de conquistar o eleitorado e aumentar a probabilidade de ser reeleito;
- ALINH: variável binária codificada com o valor 1 para os anos em que o governo local e o governo central pertencem ao mesmo partido e 0 em caso contrário⁵. Os estudos empíricos que têm por base os municípios portugueses dividem-se nas conclusões sobre a influência que o alinhamento político tem sobre as transferências intergovernamentais. Considerando um possível favorecimento por parte do governo central ao governo local que pertence ao mesmo partido, isto poder-se-á refletir num aumento das despesas ou numa melhoria do saldo de execução orçamental, dependendo

⁵ No mandato de 2011 a 2015, o país foi governado por um governo de coligação entre PSD e CDS, pelo que durante este período considerou-se a existência alinhamento político em duas situações: quando o partido no governo local era o PSD e quando era o CDS.

de como os governos locais utilizam o montante adicional de transferências, isto é se irão aumentar a sua despesa fruto do aumento das transferências ou se, pelo contrário, mantêm o nível de despesas, conseguindo assim uma melhoria do saldo de execução orçamental;

– TRANSF_PC: variável contínua representativa das transferências totais *per capita* por município (inclui as transferências do Estado; as transferências de fundos comunitários, as transferências de serviços e fundos autónomos). Sendo a principal fonte de receita dos governos locais, espera-se que tenha um impacto positivo sobre a despesa; no caso de não se manifestar numa influência sobre a despesa, levará a uma melhoria do saldo de execução orçamental;

– TRANSF_CAP_PC: variável contínua representativa das transferências de capital. O valor das transferências de capital é utilizado para os modelos das despesas de capital e de investimento, esperando-se que esta variável tenha um impacto estatisticamente significativo e positivo sobre as despesas de capital e de investimento;

– INDICE_DEP: variável contínua representativa do índice de dependência por município, isto é, o rácio entre a população com idade inferior a 15 anos ou superior a 64 e a população com idade entre 15 e 64 anos. O aumento do rácio de dependência traduzir-se-á num aumento da proporção da população dependente, isto é, da população com a qual o governo local tem maiores despesas; logo, pressupõe-se que haja um aumento da despesa, uma deterioração do saldo de execução orçamental e um aumento da taxa de emprego (admitindo que um aumento do rácio de dependência tem associado a diminuição da população em idade ativa, isto levará a uma diminuição do denominador da taxa de emprego, com tudo o resto igual a taxa de emprego vai aumentar);

– TX_EMPREGO_NAC: variável representativa da taxa de emprego nacional. Esta variável é incluída apenas no modelo cuja variável explicada é a taxa de emprego, pois tratando-se de um objetivo de política que é influenciado pela conjuntura nacional, a taxa de emprego nacional vem captar a situação conjuntural. Espera-se que haja uma relação estatisticamente significativa e positiva entre a taxa de emprego dos municípios e a taxa de emprego nacional.

Na Tabela 10, são apresentadas as estatísticas descritivas das variáveis dependentes e independentes.

Tabela 10 – Estatísticas descritivas

Variável	Nº de observações	Mínimo	Média	Máximo	Desvio padrão
Variáveis dependentes					
Instrumentos de política					
DESP_PC	4 312	17,98	1 015,19	14 669,86	663,23
DESP_CAP_PC	4 312	3,50	382,77	5 139,09	608,65
DESP_INV_PC	4 312	1,52	275,45	2 674,70	252,91
SO_PC	4 312	-3 749,61	-7,10	2 427,93	177,92
Resultados de política					
TX_EMPREGO	3 696	10,51	30,36	131,95	12,30
IPC_PC	3 696	36,18	74,99	277,93	23,65
Variáveis independentes					
ESQUERDA	4 312	0,00	0,50	1,00	0,50
DIREITA	4 312	0,00	0,48	1,00	0,50
ELEI_AUT	4 312	0,00	0,21	1,00	0,41
A_ELEI_AUT	4 312	0,00	0,21	1,00	0,41
POS_ELEI_AUT	4 312	0,00	0,29	1,00	0,45
MAIORIA	4 312	0,00	0,89	1,00	0,31
ALINH	4 312	0,00	0,40	1,00	0,49
TRANSF_PC	4 312	15,65	709,24	7 397,84	602,57
TRANSF_CAP_PC	4 312	0,00	285,31	5 218,25	263,35
INDICE_DEP	4 312	35,90	58,04	109,50	11,75
TX_EMPREGO_NAC	4 312	49,70	54,35	57,50	2,97

Para cada uma das variáveis dependentes, foram estimados três modelos. O primeiro modelo inclui apenas os efeitos principais como efeitos fixos; o facto de incluir, ou não, o termo aleatório independente depende se este se contribui para melhorar o modelo ou se é um parâmetro redundante, caso em que é eliminado. O segundo modelo inclui, para além dos efeitos fixos principais, a interação da variável relativa à ideologia com os fatores que se revelaram estatisticamente significativos no primeiro modelo. O terceiro modelo inclui todos os fatores fixos principais e a interação da variável relativa à ideologia com as restantes variáveis políticas.

Como foi referido anteriormente, a modelização da relação entre as variáveis preditoras e a variável dependente é apenas uma das componentes dos modelos mistos. A segunda componente consiste na modelização da matriz de correlação de medidas repetidas. Para este estudo, espera-se que os valores das variáveis dependentes num determinado ano estejam relacionados com os valores dos anos anteriores e haja uma

diminuição da correlação à medida que os anos estejam mais afastados, pelo que a estrutura de covariância mais adequada será a auto-regressiva de primeira ordem, AR(1). É necessário ter em atenção se a estrutura de variâncias é homogénea ou heterogénea; ambas as opções foram testadas, tendo sido comparados os valores do critério de informação AIC, que constitui o critério de informação mais utilizado para aferir sobre a qualidade de um mesmo modelo com diferentes estruturas de covariância. Esta etapa é apresentada no Anexo, com a indicação dos três modelos para cada uma das variáveis dependentes, precisando quais são as variáveis independentes que se revelaram estaticamente significativas.

5.3. Resultados empíricos

Após encontrados os modelos que melhor se ajustam aos dados em estudo para cada uma das variáveis dependentes, é agora efetuada a análise dos resultados da estimação apresentados na Tabela 11 e Tabela 13. A análise é dividida em instrumentos de política económica e objetivos de política económica, devendo realçar-se que os instrumentos de política são mais facilmente manipuláveis pelos decisores de política local do que os objetivos de política que são também determinados pelos decisores de política central e por fatores exógenos, pelo que se espera que a verificação de ciclos oportunisticos e ideológicos ao nível local seja mais visível nos instrumentos de política.

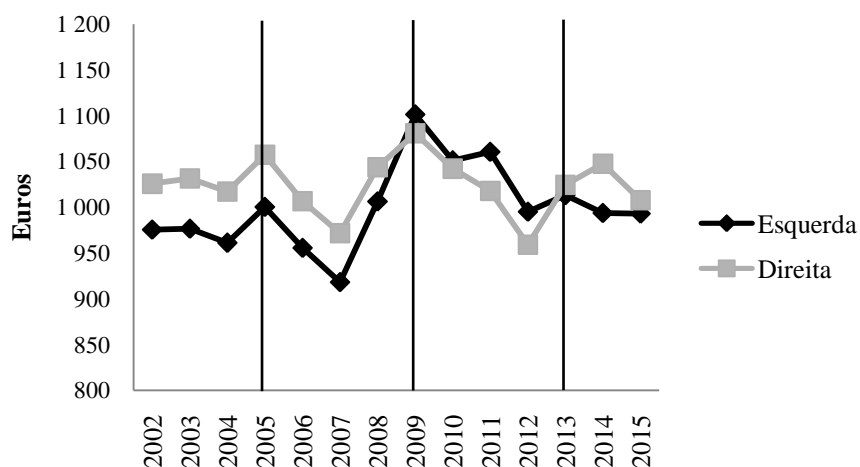
Instrumentos de política

Para testar a influência da ideologia política sobre os instrumentos de política será analisada a despesa pública municipal total, a despesa pública de capital, a despesa pública de investimento e o saldo orçamental. Importa realçar que os decisores de política apenas podem controlar diretamente os instrumentos de política, sendo a manifestação da influência da ideologia política mais provável no caso dos instrumentos de política económica do que nos objetivos de política económica.

a) Despesa total

A existência de ciclos ideológicos é testada com recurso à variável ESQUERDA, sendo possível verificar na Figura 1 que o coeficiente associado a esta variável não se revelou estatisticamente significativo. Analisando o gráfico representativo da despesa pública municipal média *per capita* para cada uma das ideologias (Figura 1), verifica-se que não existem diferenças na evolução ao longo do tempo, sendo também diminutas as diferenças entre o montante de despesa média *per capita* efetuada pelos governos de esquerda comparativamente com os governos de direita, verificando-se que os governos de direita apresentam um nível médio de despesa *per capita* ligeiramente superior. É importante reconhecer as fragilidades desta representação gráfica, tendo em atenção que, ao longo do tempo, os municípios pertencentes a cada grupo (esquerda ou direita) se vão alterando, pelo que a diferença que entre o nível médio de despesas entre esquerda e direita pode dever-se à alteração dos municípios que estão integrados em cada um dos grupos e daí a necessidade de robustecer a análise considerando variáveis de controlo.

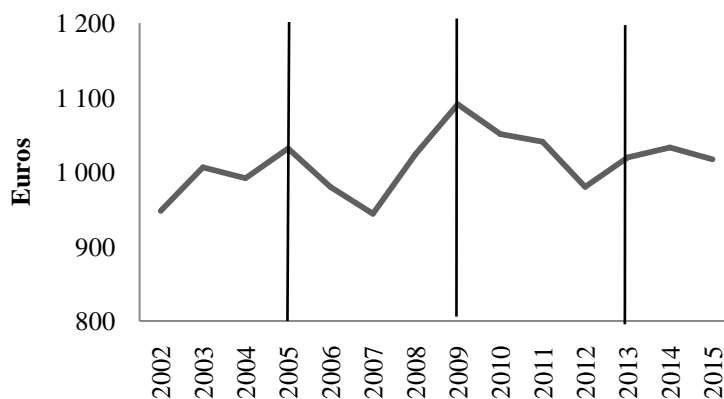
Figura 1 – Evolução da despesa pública municipal média *per capita* por ideologia



Fonte: Direção Geral das Autarquias Locais, Finanças municipais.

Ao analisar o comportamento da despesa ao longo do tempo é expectável a existência ciclos oportunisticos, sendo visível na Figura 2 o aumento da despesa agregada em anos de eleições autárquicas.

Figura 2 – Evolução da despesa pública municipal média *per capita*

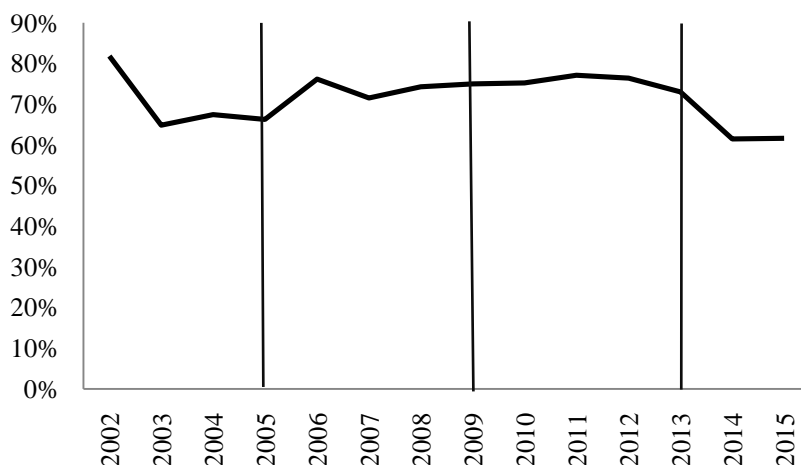


Fonte: Direção Geral das Autarquias Locais, Finanças municipais.

A estimação do modelo comprova isso mesmo, na medida em que a variável política que capta o comportamento oportunístico no ano de eleições autárquicas revelou-se estatisticamente significativa. Assim, com tudo o resto constante, os responsáveis de política local gastam em média mais 34 euros *per capita* em ano de eleições autárquicas. No ano anterior e posterior ao momento eleitoral, existe uma diminuição da despesa pública municipal *per capita* face aos restantes anos.

O alinhamento partidário entre o governo local e o governo central e o facto de o presidente da câmara ter sido eleito por maioria absoluta não têm influência sobre a despesa *per capita*. Quanto às variáveis de controlo, as receitas de transferências revelaram-se estatisticamente significativas, o que era expectável uma vez que são a principal fonte de receita dos municípios, representando durante o período em análise um peso sistematicamente superior a 60% do total das receitas, tal como é possível verificar pela Figura 3, e que, embora tenha vindo a diminuir ao longo do período, deverá condicionar a realização das despesas.

Figura 3 – Proporção das transferências no total das receitas municipais



Fonte: Direção Geral das Autarquias Locais, Finanças municipais.

O aumento de um euro nas transferências, com tudo o resto constante, provoca um aumento de 28 cêntimos na despesa pública municipal *per capita*. No que respeita ao índice de dependência da população residente, é uma variável importante que permite controlar as diferenças na estrutura etária da população, verificadas entre municípios, recordando que um aumento do índice de dependência significa um aumento da proporção da população idosa (maior do que 64) e das crianças (menores do que 15 anos), que são a fração da população que exige mais despesa pública. O aumento de um ponto percentual no índice de dependência provoca o aumento aproximado de 11 euros na despesa pública municipal *per capita*.

Não foi verificada a existência de efeitos ideológicos na despesa pública municipal, sendo contudo visível um pequeno diferencial na Figura 1, que não foi detetado quando analisada a despesa agregada. Admite-se que, na composição da despesa agregada, aquela em que se verificará maiores diferenças entre governos de esquerda e governos de direita seja a despesa de capital. Uma vez que as despesas correntes são maioritariamente compostas pelos salários e prestações sociais que são definidas ao nível nacional, os decisores de política local não conseguirão influenciar esta variável. Por outro lado, a despesa de capital é constituída pelas despesas com a aquisição de bens e serviços duradouros, sendo que neste caso o governo local tem autonomia suficiente para gerar alterações significativas, esperando-se que seja verificada a influência da ideologia do governo local nas despesas de capital e nas

despesas de investimento em particular dado que estas são mais visíveis aos olhos do eleitorado (são exemplos a aquisição de terrenos e a construção de habitações, edifícios, e infraestruturas tal como se encontra enunciado no Decreto-Lei n.º 29-A/2011, 1 de março).

b) Despesa de capital

Para a despesa de capital, a ideologia revelou-se estatisticamente significativa, com os partidos de direita a registarem um maior nível de despesas de capital, explicando o diferencial visível na Figura 1: partidos de direita gastam em média mais 29 euros *per capita* do que os partidos de esquerda. Verificou-se, igualmente, a existência de ciclos oportunistas com um aumento do nível da despesa de capital em anos de eleições autárquicas.

Quanto ao impacto das variáveis de controlo, verificou-se que o aumento de um euro nas transferências de capital provoca um aumento aproximado de um euro na despesa de capital; por outro lado, o aumento da proporção da população dependente não tem impacto na despesa de capital.

c) Despesa de investimento

Quanto à despesa de investimento, verificou-se igualmente que a ideologia é importante: os partidos de direita gastam em média mais 28 euros do que a oposição, sendo de realçar que é praticamente o diferencial verificado na despesa de capital, pelo que se conclui que a diferença verificada entre governos de esquerda e governos de direita na despesa de capital se deve, quase exclusivamente, à despesa de investimento. Verificou-se também um comportamento oportunístico, com um aumento da despesa de investimento nos anos de eleições autárquicas e também no ano posterior.

Quanto às variáveis de controlo, o índice de dependência da população residente tem um impacto estatisticamente significativo sobre a despesa de investimento, com o aumento de um ponto percentual no índice de dependência a provocar um aumento de aproximadamente dois euros na despesa de investimento. As transferências de capital também se revelaram estatisticamente significativas tendo um impacto positivo sobre a despesa de investimento: um aumento de um euro nas transferências de capital provoca um aumento de 64 cêntimos na despesa de investimento.

Tabela 11 – Resultados da estimação dos modelos

	Despesa pública municipal <i>per capita</i>	Despesa pública municipal de capital <i>per capita</i>	Despesa pública municipal de investimento <i>per capita</i>	Saldo de execução orçamental <i>per capita</i>
Constante	171,35 (5,487)**	99,06 (16,368)***	-20,87 (2,607)	-25,26 (0,030)
ESQUERDA	-1,33 (0,007)	-29,62 (18,041)***	-28,06 (13,063)***	3,88 (0,602)
ELEI_AUT	34,05 (15,716)***	31,48 (26,185)***	24,07 (16,697)***	-42,09 (42,430)***
A_ELEI_AUT	-19,73 (7,677)***	-13,23 (6,540)**	-3,68 (0,596)	13,09 (5,749)**
POS_ELEI_AUT	-23,36 (8,851)***	15,86 (9,881)***	20,07 (20,917)***	-12,40 (5,344)**
MAIORIA	10,09 (0,296)	21,58 (5,079)**	16,80 (2,531)	-7,73 (0,931)
ALINH	-9,26 (1,445)	1,26 (0,058)	1,16 (0,039)	-0,49 (0,011)
TRANSF_PC	0,28 (496,509)***			0,01 (3,873)**
TRANSF_CAP_PC		0,97 (5 427,630)***	0,64 (2 041,116)***	
ÍNDICE_DEP	10,81 (72,280)***	0,43 (1,368)	2,44 (41,000)***	-0,43 (3,101)*

Notas:

– Estimação efetuada com *software* estatístico SPSS com recurso ao procedimento de modelos mistos utilizando a máxima verosimilhança, com tipo de correlação de medidas repetidas estabelecido como auto-regressiva de grau 1 com variância heterogénea.

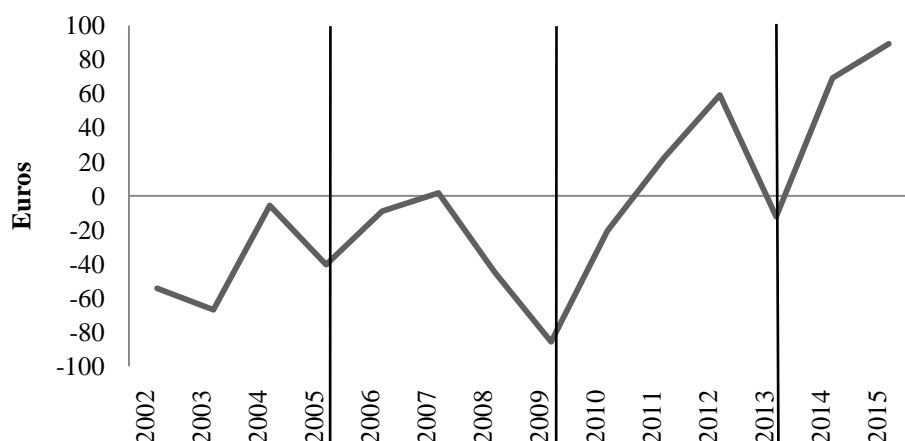
– Estatística F é apresentada entre parênteses. Os asteriscos indicam o nível de significância para o qual a hipótese nula foi rejeitada: *** 1%; ** 5%; * 10%.

d) Saldo orçamental

Por último, foi estudado o comportamento do saldo de execução orçamental. Quando testada a existência de ciclos ideológicos, verificou-se que a variável representativa da ideologia não se revelou estatisticamente significativa. Por outro lado, verifica-se a existência de ciclos oportunistas com uma deterioração do saldo orçamental nos anos de eleições autárquicas. A variável representativa do ano anterior às eleições autárquicas também é estatisticamente significativa, apresentando um coeficiente positivo que realça uma melhoria do saldo orçamental no ano anterior ao momento eleitoral, sendo estas conclusões visíveis quando analisada a Figura 4. A observação da Figura 4 sugere que se procura uma consolidação das contas públicas da

primeira fase do mandato mas esta trajetória é interrompida quando se aproxima um novo momento eleitoral.

Figura 4 – Evolução do saldo de execução orçamental *per capita*



Fonte: Direção Geral das Autarquias Locais, Finanças municipais.

No que concerne às variáveis de controlo, um aumento das transferências traduz-se numa melhoria do saldo orçamental, embora reduzida, e o índice de dependência da população residente parece não ter impacto sobre o saldo orçamental.

É ainda de referir que a variável representativa do alinhamento partidário entre o governo local e o governo nacional não se revelou estatisticamente significativa para nenhum dos instrumentos de política. O facto de o governo local ter sido eleito por maioria apenas se revelou estatisticamente significativo para a despesa de capital, indicando que os governos locais que foram eleitos com maioria absoluta apresentam um maior nível de despesa de capital.

Objetivos de política

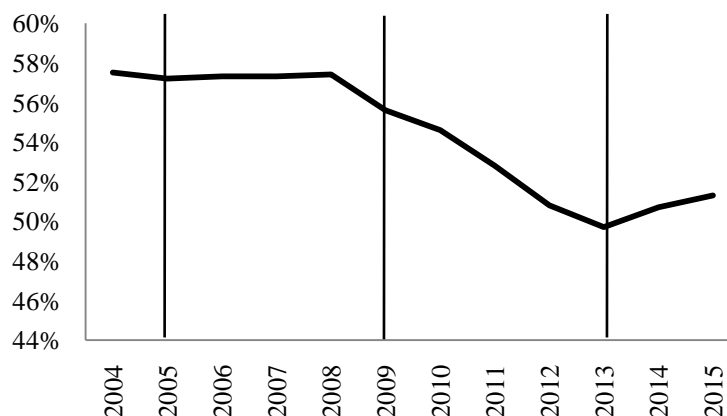
Para testar a influência da ideologia sobre os objetivos de política, foram estudados a taxa de emprego e o índice do poder de compra *per capita* (Tabela 13).

a) Taxa de emprego

Para a taxa de emprego, o modelo que revelou ser a melhor escolha possui apenas os efeitos principais⁶. É necessário realçar que a taxa de emprego por município utilizada neste estudo é uma aproximação, visto que é calculada com a população empregada nas empresas que têm sede no município e não com os habitantes do município empregados. Tal explica o facto de municípios como Lisboa, com uma capacidade líquida de atração de trabalhadores terem uma taxa de emprego superior a 100%, e outros municípios, certamente com um reduzido tecido empresarial, apresentarão uma taxa de emprego mais reduzida.

Analisando os resultados do modelo, não se verifica a existência de efeitos ideológicos, dado que a variável relativa à ideologia não é estatisticamente significativa. Por outro lado, verifica-se uma diminuição da taxa de emprego no ano eleitoral e também nos anos anterior e posterior. Este resultado estará certamente a ser influenciado pelo estado da economia nacional, uma vez que, com a recente crise financeira se registaram sucessivos decréscimos na taxa de emprego nacional, a partir do ano 2008, tal como é possível verificar na Figura 5.

Figura 5 – Evolução da taxa de emprego nacional



Fonte: Inquérito ao Emprego (INE)

⁶ Foi ainda considerada a possibilidade de introduzir a taxa de emprego nacional; uma vez que se trata de um objetivo de política que é afetado pela conjuntura económica nacional, seria importante introduzir uma variável que reflita o estado da economia ao nível nacional, mais concretamente do mercado de trabalho, mas derivado ao facto de possíveis correlações entre as taxa de emprego nacional e as restantes variáveis explicativas, originando o problema de multicolinearidade, optou-se por não introduzir esta variável como variável explicativa.

Era expectável que o aumento das despesas registado no período eleitoral levasse a um aumento da taxa de emprego, ou seja, face aos resultados obtidos quando estimados os modelos referentes às despesas esperava-se a verificação de ciclos oportunistas na taxa de emprego, mas tal expectativa não se concretizou. Estimando a relação entre a taxa de emprego e as despesas, verificou-se que a única que se revelou estatisticamente significativa foi a despesa de investimento, havendo uma relação inversa, embora que muito reduzida, entre as despesas de investimento e a taxa de emprego, contrariamente ao que seria de esperar, tal pode dever-se ao facto de o aumento na despesa de investimento dos governos locais não ser acompanhada pelo investimento por parte do setor privado.

Tabela 12 – Relação entre as despesas e a taxa de emprego

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
Constante	14.590 (633.772)***	14.720 (649.925)***	14.703 (650.642)***
DESP_PC	0.0001 (2.324)		
DESP_CAP_PC		0.0000 (0.227)	
DESP_INV_PC			-0.0005 (11.196)***

Notas:

– Estimação efetuada com software estatístico SPSS com recurso ao procedimento de modelos mistos utilizando a máxima verosimilhança, com tipo de correlação de medidas repetidas estabelecido como auto-regressiva de grau 1 com variância heterogénea.

– Estatística F é apresentada entre parênteses. Os asteriscos indicam o nível de significância para o qual a hipótese nula foi rejeitada: *** 1%; ** 5%; * 10%.

Para as restantes variáveis políticas, verificou-se que, quer o alinhamento político entre governo local e o governo central, quer o facto de o governo local ter sido eleito com maioria absoluta, não têm impacto sobre a taxa de emprego.

Quanto ao índice de dependência, registou-se um impacto negativo, embora que muito reduzido, o aumento de um ponto percentual no índice de dependência leva à diminuição de aproximadamente 0.11 pontos percentuais na taxa de emprego, tal pode acontecer por se registar uma diminuição da população empregada superior à diminuição da população ativa.

Tabela 13 – Taxa de emprego e índice do poder de compra *per capita*

	Taxa de emprego	Índice do poder de compra <i>per capita</i>
Constante	23,58 (238,989)***	106,54 (1 173,247)***
ESQUERDA	-0,04 (0,082)	1,11 (17,250)***
ELEI_AUT	-0,54 (89,452)***	0,78 (62,618)***
A_ELEI_AUT	-0,89 (275,540)***	0,39 (37,030)***
POS_ELEI_AUT	-0,19 (14,640)***	0,40 (28,847)***
MAIORIA	-0,03 (0,062)	0,05 (0,030)
ALINH	-0,02 (0,098)	0,13 (0,663)
TRANSF_PC	0,00 (2,522)	0,00 (0,313)
INDICE_DEP	-0,11 (18,634)***	-0,51 (111,235)***

Notas:

– Estimação efetuada com software estatístico SPSS com recurso ao procedimento de modelos mistos utilizando a máxima verosimilhança, com tipo de correlação de medidas repetidas estabelecido como auto-regressiva de grau 1 com variância heterogénea.

– Estatística F é apresentada entre parênteses. Os asteriscos indicam o nível de significância para o qual a hipótese nula foi rejeitada: *** 1%; ** 5%; * 10%.

b) Índice do poder de compra

Por último, é analisado o índice do poder de compra *per capita*, enquanto variável que reflete o dinamismo económico dos municípios, verificando-se a existência de um comportamento ideológico, comprovado pela significância estatística da variável ESQUERDA, refletindo que, durante a governação dos partidos de esquerda, existe um aumento do índice do poder de compra, embora reduzido. Quanto à existência de efeitos oportunistas, verificou-se um aumento do índice do poder de compra em ano de eleições autárquicas, no ano anterior e no ano posterior. Tendo em conta que o se trata de um objetivo de política que não é facilmente influenciável pelos decisores de política local, os efeitos oportunistas encontrados nesta variável podem estar relacionados com o facto de dois dos anos de eleições autárquicas, 2005 e 2009, coincidirem com anos de eleições legislativas e, na realidade, o que podem ser ciclos oportunistas do

governo central acabam por transparecer como sendo do poder local. Quanto às variáveis de controlo, verificou-se que as transferências não são estatisticamente significativas, e o índice de dependência apresenta um coeficiente significativo e negativo, o que significa que um aumento da proporção da população dependente irá levar a uma diminuição do poder de compra *per capita*.

Síntese dos resultados

Em suma, em relação à existência de efeitos ideológicos, as estimações dos modelos comprovaram que a despesa agregada, o saldo orçamental e a taxa de emprego não são influenciados pela ideologia do governo incumbente. Nas despesas de capital e de investimento, a ideologia mostrou-se estatisticamente significativa revelando que os governos de direita apresentam um nível de despesas de capital e de investimento mais elevado do que os partidos de esquerda. Esta conclusão está de acordo com a obtida por Veiga e Veiga (2007). Verificou-se também que o índice do poder de compra é mais elevado perante governos de esquerda.

Quanto à ocorrência de efeitos oportunistas nos instrumentos de política económica, regista-se um aumento da despesa agregada, da despesa de capital e da despesa de investimento e a deterioração do saldo orçamental em anos de eleições autárquicas. Estes resultados vão ao encontro das conclusões obtidas nos estudos de Coelho (2004) e Veiga e Veiga (2007).

No respeitante aos resultados de política económica, verificou-se uma diminuição da taxa de emprego nos anos em existem eleições autárquicas, ao contrário da conclusão obtida por Coelho (2004) que verificou um aumento da taxa de crescimento do emprego. No índice do poder de compra, foi igualmente comprovada a manipulação oportunística, havendo um aumento em ano de eleições autárquicas; tratando-se de um objetivo de política que não é facilmente influenciável pelos governos locais, é necessário analisar esta conclusão com cautela, uma vez que o período em análise compreende três momentos eleitorais e dois dos anos em que houve eleições autárquicas correspondem também a anos de eleições legislativas.

Neste estudo, verificou-se ainda que o alinhamento partidário entre o governo local e o governo central não tem impacto sobre os instrumentos de política nem sobre os objetivos de política económica analisados, contrariamente às conclusões que foram

obtidas por Veiga e Veiga (2014) que concluíram que o facto de o governo central e o governo local pertencerem ao mesmo partido tem um impacto positivo sobre o saldo orçamental, o que pode estar relacionado com um favorecimento na alocação de receitas.

6. Conclusão

A relação entre a atuação política e o desempenho económico foi objeto de diversos estudos nas últimas cinco décadas. Revisitando a literatura, verificou-se que se começou por admitir que os decisores de política agiam de forma oportunística, manipulavam a economia em períodos pré-eleitorais de forma a maximizar a probabilidade de reeleição; mais tarde, surgiu uma perspetiva diferente que defendia que os decisores de política pretendiam adotar medidas de acordo com a ideologia que perfilham – no caso dos partidos de esquerda, em busca de menores taxas de emprego; no caso dos partidos de direita, procurando a estabilidade dos preços. Porém, os modelos não se dividem apenas quanto aos objetivos dos decisores de política, mas também quanto ao processo de formação de expetativas do eleitorado e, neste caso, foi possível verificar duas situações: a primeira em que o eleitorado tem um processo adaptativo de formação de expetativas, atribuindo maior importância a acontecimentos recentes e acabando por não perceber a lógica de atuação dos governos; e uma segunda perspetiva em que o eleitorado tem um processo de formação de expetativas racionais percebendo a lógica de atuação dos governos, pelo que as medidas adotadas pelos decisores têm maior impacto real na fase inicial do mandato, mas passada a fase inicial os eleitores ajustam as suas expetativas.

Neste estudo, foram revisitados os modelos político-económicos, com especial destaque para os modelos partidários. Numa revisão a alguns estudos empíricos ao nível nacional, concluiu-se que os partidos de esquerda são caracterizados como sendo mais despesistas, apresentando um menor saldo orçamental e maior preocupação com o emprego; por outro lado, os partidos de direita são caracterizados por políticas orçamentais mais restritivas apresentando menor despesa pública, maior saldo orçamental e uma maior preocupação com a estabilidade dos preços. Quando analisada a política monetária, verificou-se igualmente que os partidos de esquerda são caracterizados pela aplicação de políticas expansionistas.

De seguida, foram revisitados os estudos empíricos ao nível local e, neste caso, verificou-se que os estudos existentes incidem maioritariamente sobre a influência que os decisores de política local têm sobre os instrumentos de política, dado que estes são mais facilmente manipuláveis pelos decisores de política local, contrariamente aos

objetivos de política económica que são também influenciados pelos decisores de política central e por fatores exógenos à atuação de política.

Neste estudo, conduzido com base em informação para os 308 municípios portugueses durante 14 anos, a análise dividiu-se em instrumentos de política e objetivos de política. No caso dos instrumentos de política, concluiu-se que: (i) na despesa pública municipal agregada, não foi verificada a existência de efeitos partidários; (ii) na despesa de capital e na despesa de investimento, verificou-se um nível maior de despesa sob governos de direita. (iii) para o saldo orçamental, a ideologia não se revelou estatisticamente significativa. Quanto aos objetivos de política a existência de comportamentos ideológicos foi verificada apenas no caso do índice do poder de compra, sendo observado um maior valor durante os governos de esquerda.

As conclusões obtidas neste estudo estão em conformidade com as conclusões obtidas em estudos anteriores como Coelho (2004) e Veiga e Veiga (2007), apontando os partidos de direita como sendo mais despesistas, mas é interessante perceber que não são as conclusões que são obtidas para os governos locais de outros países, como é o caso dos governos locais brasileiros (Sakurai e Menezes-Filho, 2011) e alemães (Baskaran, 2012), o que sugere que os governos locais portugueses se comportam de forma diferente dos governos locais de outros países.

Em suma, verificou-se a existência de comportamentos ideológicos na despesa de capital e de investimento e comportamentos oportunistas na despesa pública municipal agregada, na despesa de capital, na despesa de investimento e no saldo orçamental. Tal revela que a política orçamental dos municípios está sujeita aos interesses dos decisores de política local, sejam estes ideológicos ou oportunistas, sendo a evidência em favor do comportamento oportunístico mais robusta, o que sugere que as decisões tomadas podem não ser as mais eficientes para os municípios e os resultados de política orçamental podem ser sub-ótimos. A disponibilidade de dados de base mais completos, quer em termos de amplitude temporal, quer no que respeita ao enquadramento político e institucional relevante permitirá produzir evidência empírica mais robusta.

Referências

- Albright, J. J. e Marinova, D. M. (2010). *Estimating multilevel models using SPSS, Stata, SAS, and R*. Disponível em: <https://scholarworks.iu.edu/dspace/handle/2022/19737>.
- Alesina, A. (1987). “Macroeconomic Policy in a Two-Party System as a Repeated Game”, *The Quarterly Journal of Economics*, 102(3): 651-678.
- Alesina, A.; Cohen, G. D. e Roubini, N. (1993). “Electoral business cycles in industrial democracies”, *European Journal of Political Economy*, 9: 1-23.
- Alesina, A. e Gatti, R. (1995). “Independent Central Banks: Low Inflation at No Cost?”, *The American Economic Review*, 85(2): 196-200.
- Alesina, A. e Roubini, N. (1992). “Political cycles in OECD economies”, *Review of Economic Studies*, 59: 663-688.
- Alesina, A. e Sachs, J. (1988). “Political Parties and the Business Cycle in the United States, 1948-1984”, *Journal of Money, Credit and Banking*, 20(1): 63-82.
- Althusser, L. (1970). *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Editorial Presença.
- Angelopoulos, K.; Economides, G. e Kammas, P. (2012). “Does cabinet ideology matter for the structure of tax policies?”, *European Journal of Political Economy*, 28: 620-635.
- Baskaran, T. (2012). “Ideology and fiscal policy: quasi-experimental evidence from the German States”. Göttingen: ECONIS, consultado em 28 de abril, disponível em EBSCOhost.
- Beck, N. (1982). “Parties, Administrations, and American Macroeconomic Outcomes”, *The American Political Science Review*, 76(1): 83-93.
- Belke, A. e Potrafke, N. (2012). “Does government ideology matter in monetary policy? A panel data analysis for OECD countries”, *Journal of International Money and Finance*, 31: 1126-1139.

- Besley, T. (1995). "Property rights and investment incentives: Theory and evidence from Ghana", *Journal of Political Economy*, 103: 903-937.
- Blais, A.; Blake, D. e Dion, S. (1993). "Do parties make a difference? Parties and the size of government in liberal democracies", *American Journal of Political Science*, 37: 40-62.
- Bussemeyer, M. R. (2009). "Social democrats and the new partisan politics of public investment in education", *Journal of European Public Policy*, 16(1): 107-126.
- Cabral, M. S. e Gonçalves, M. H. (2011). *Análise de Dados Longitudinais*. XIX Congresso da Sociedade Portuguesa de Estatística; Edições SPE.
- Casal, C. R.; Buch Gómez, E. J. e Vaamonde Liste, A. (2014). "Financial situation and political parties in local governments: Empirical evidence in the Spanish municipalities", *Investigaciones Europeas De Dirección Y Economía De La Empresa*, 20: 110-121.
- Caso, A. C.; Rosen, H. S. e Hines, J. R. (1993). "Budget spillovers and fiscal policy interdependence: evidence from the states", *Journal of Public Economics*, 52: 285-307.
- Coelho, C. A. C. (2004). *Ciclos Político Económicos e o Poder Local*. Braga. Universidade de Braga. Dissertação de mestrado em Economia.
- Cusack, T. R. e Beramendi, P. (2006). "Taxing work", *European Journal of Political Research*, 45: 43-73.
- Desmond, T. (1955). "States eclipse the cities", *National Municipal Review*, 44: 296-300.
- Fausto, M. A.; Carneiro, M.; Antunes, C. M. D. F.; Pinto, J. A.; e Colosimo, E. A. (2008). "O modelo de regressão linear misto para dados longitudinais: uma aplicação na análise de dados antropométricos desbalanceados", *Cadernos de Saúde Pública*, 24(3): 513-524.
- Feijó, R. L. C. (2007). "A nova disciplina de sistemas económicos comparados: um proposto", *Revista de Economia Política*, 28(1): 116-135.
- Frey, B. S. e Schneider, F. (1978). "An empirical study of politico-economic interaction in the United States", *Review of Economic and Statistics*, 6(2): 174-183.

- Hibbs, D. A. (1977). "Political Parties and Macroeconomic Policy", *The American Political Science Review*, 71(4): 1467-1487.
- Jensen, C. (2012). "Two sides of the same coin? Left-wing governments and labour unions as determinants of public spending", *Socio-Economic Review*, 10: 217-240.
- Jost, J. T. (2006). "The End of the End of Ideology", *American Psychologist*, 61(7): 651-670.
- Klein, F. A. (2014). "Do Opportunistic and Partisan Fiscal Cycles Come Together?". Em *Anais do XL Encontro Nacional de Economia [Proceedings of the 40th Brazilian Economics Meeting]* (No. 060). ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics].
- Laird, N. e Ware, J. (1982). "Random effects models for longitudinal data", *Biometrics*, 38: 963-974.
- Landau, S. e Everitt B. S. (2004). *A Handbook of Statistical Analyses Using SPSS*, Chapman & Hall/CRC.
- Le Maux B. L.; Dostálová, K. e Padovano, F. (2017). "Ideology and Public Policies: A Quasi-Experimental Test of the Hypothesis that Left-Wing Governments Spend More", *Working Paper*, 2017-01-ccr, Condorcet Center for Political Economy.
- Littell, R. C.; Pendergast, J. e Natarajan R. (2004). *Modeling Covariance Structure in the Analysis of Repeated Measures Data, in Tutorials in Biostatistics*, Volume 2: Statistical Modelling of Complex Medical Data, R.B. D'Agostino, John Wiley & Sons Ltd.
- Marta, J. M. (2000). *Imperfeições e competição no processo político: uma aplicação aos governos locais*. Braga. Universidade de Braga. Dissertação de mestrado em Administração Pública.
- Marx, K. e Engels, F. (1970). *The German ideology*. (C. J. Arthur, Ed.). Nova Iorque: International Publishers.
- Migueis, M. (2013). "The effect of political alignment on transfers to Portuguese municipalities", *Economics and Politics*, 25(1):110-133.

- Nordhaus, W. D. (1975). "The Political Business Cycle", *The Review of Economic Studies*, 42(2): 169-190.
- Osterloh, S. (2012). "Words speak louder than actions: the impact of politics on economic performance", *Journal of Comparative Economics*, 40: 318-336.
- Pinho, M. M. e Veiga, L. G. (2004) "Análise da influência de factores políticos na afectação das transferências intergovernamentais em Portugal", *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 7: 63-83.
- Potrafke, N. (2012). "Political cycles and economic performance in OECD countries: empirical evidence from 1951-2006", *Public Choice*, 150(1): 155-179.
- Roesel, F. (2016). "The Political Economy of Fiscal Supervision and Budget Deficits Evidence from Germany", *Fiscal Studies*, 0(0): 1-26
- Rogoff, K. (1990). "Equilibrium Political Budget Cycles", *The American Economic Review*, 80(1): 21-36.
- Rogoff, K. e Sibert, A. (1988). "Elections and Macroeconomic Policy Cycles", *The Review of Economic Studies*, 55(1): 1-16.
- Rosas, J. C. (2013). "Introdução: Mudanças e Permanências na Linguagem Ideológica Contemporânea". Em Rosas, J. C.; Ferreira, A. R.; Soeiro, J.; Cardina, M.; Aguiar, J. V.; Ferreira, A. R.; Samões, O.; Castello-Branco, J. T. *Ideologias Políticas Contemporâneas* (pp.7-24). Coimbra: Edições Almedina, S. A.
- Sakurai, S. e Menezes-Filho, N. (2011). "Opportunistic and partisan election cycles in Brazil: new evidence at the municipal level", *Public Choice*, 148(1/2): 233-247.
- Schumpeter, J. E. (1908). "On the Concept of Social Value", *The Quarterly Journal of Economics*, 23: 213-232.
- Shek, D. T. e Ma, C. (2011). "Longitudinal data analyses using linear mixed models in SPSS: concepts, procedures and illustrations", *The Scientific World Journal*, 11: 42-76.
- Solé-Ollé, A. e Sorribas-Navarro, P. (2008). "The effects of partisan alignment on the allocation of intergovernmental transfers. Differences-in-differences estimates for Spain", *Journal of Public Economics*, 92: 2302-2319.

- Tedin, K. L. (1987). "Political ideology and the vote", *Research in Micropolitics*, 2: 63-94.
- Veiga, L. G. e Veiga, F. J. (2007). "Political business cycles at the municipal level", *Public Choice*, 131(1/2): 45-64.
- Veiga, L. G. e Veiga, F. J. (2014). "Determinants of Portuguese local governments' indebtedness", *NIPE Working Papers Series*, 16: 1-32.
- West, B. T. (2009). "Analyzing longitudinal data with the linear mixed models procedure in SPSS", *Evaluation & the Health Professions*, 32(3): 207-228.

Anexo – Identificação dos modelos lineares estimados

Despesa pública *per capita*

Modelos	1	2	3
Efeitos fixos			
Constante	X	X	X
ESQUERDA			
ELEI_AUT	X	X	X
A_ELEI_AUT	X	X	X
POS_ELEI_AUT	X	X	X
ALINH			
MAIORIA			
TRANS_PC	X	X	X
ÍNDICE_DEP	X	X	X
ESQUERDA* ELEI_AUT			
DIREITA* ELEI_AUT			
ESQUERDA* A_ELEI_AUT			
DIREITA* A_ELEI_AUT			
ESQUERDA* POS_ELEI_AUT			
DIREITA* POS_ELEI_AUT			
ESQUERDA* ALINH			
DIREITA* ALINH			
ESQUERDA* MAIORIA			
DIREITA* MAIORIA			
Efeitos aleatórios			
Constante			
Critérios de informação			
- 2 Log Likelihood	60 571,96	60 566,87	60 565,03
AIC	60 621,96	60 630,87	60 637,03
BIC	60 781,19	60 834,68	60 866,32

Despesa pública de capital *per capita*

Modelos	1	2	3
Efeitos fixos			
Constante	X	X	X
ESQUERDA	X		
ELEI_AUT	X	X	X
A_ELEI_AUT	X	X	X
POS_ELEI_AUT	X	X	X
ALINH			
MAIORIA	X		X
TRANS_CAP	X	X	X
ÍNDICE_DEP			
ESQUERDA* ELEI_AUT			
DIREITA* ELEI_AUT			
ESQUERDA* A_ELEI_AUT			
DIREITA* A_ELEI_AUT			
ESQUERDA* POS_ELEI_AUT			
DIREITA* POS_ELEI_AUT			
ESQUERDA* ALINH			
DIREITA* ALINH			
ESQUERDA* MAIORIA		X	X
DIREITA* MAIORIA		X	X
Efeitos aleatórios			
Constante			
Critérios de informação			
- 2 Log Likelihood	55 551,03	55 538,99	55 504,81
AIC	55 601,03	55 606,99	55 576,81
BIC	55 760,25	55 823,54	55 806,10

Despesa pública de investimento *per capita*

Modelos	1	2	3
Efeitos fixos			
Constante		X	X
ESQUERDA	X	X	X
ELEI_AUT	X	X	X
A_ELEI_AUT			X
POS_ELEI_AUT	X	X	X
ALINH			
MAIORIA		X	X
TRANS_CAP	X	X	X
ÍNDICE_DEP	X	X	X
ESQUERDA* ELEI_AUT			
DIREITA* ELEI_AUT			
ESQUERDA* A_ELEI_AUT			
DIREITA* A_ELEI_AUT			
ESQUERDA* POS_ELEI_AUT			
DIREITA* POS_ELEI_AUT			
ESQUERDA* ALINH			
DIREITA* ALINH			
ESQUERDA* MAIORIA			
DIREITA* MAIORIA			
Efeitos aleatórios			
Constante			
Critérios de informação			
- 2 Log Likelihood	55 458,48	55 451,92	55 440,17
AIC	55 506,48	55 509,92	55 510,17
BIC	55 659,34	55 694,62	55 733,09

Saldo de execução orçamental *per capita*

Modelos	1	2	3
Efeitos fixos			
Constante			
ESQUERDA			
ELEI_AUT	X	X	X
A_ELEI_AUT	X	X	X
POS_ELEI_AUT	X	X	X
ALINH			
MAIORIA			
TRANS_PC	X	X	X
ÍNDICE_DEP	X	X	X
ESQUERDA* ELEI_AUT		X	X
DIREITA* ELEI_AUT		X	X
ESQUERDA* A_ELEI_AUT		X	X
DIREITA* A_ELEI_AUT		X	X
ESQUERDA* POS_ELEI_AUT			
DIREITA* POS_ELEI_AUT			
ESQUERDA* ALINH			
DIREITA* ALINH			
ESQUERDA* MAIORIA			
DIREITA* MAIORIA			
Efeitos aleatórios			
Constante			
Critérios de informação			
- 2 Log Likelihood	55 788,64	55 779,84	55 778,54
AIC	55 836,64	55 841,84	55 848,54
BIC	55 989,50	56 039,28	56 071,46

Taxa de emprego

Modelos	1	2	3
Efeitos fixos			
Constante	X	X	X
ESQUERDA			
ELEI_AUT	X	X	X
A_ELEI_AUT	X	X	X
POS_ELEI_AUT	X	X	X
ALINH			
MAIORIA			
TRANS_PC			X
ÍNDICE_DEP	X	X	X
ESQUERDA* ELEI_AUT			
DIREITA* ELEI_AUT		X	
ESQUERDA* A_ELEI_AUT			
DIREITA* A_ELEI_AUT			
ESQUERDA* POS_ELEI_AUT			
DIREITA* POS_ELEI_AUT			
ESQUERDA* ALINH			
DIREITA* ALINH			X
ESQUERDA* MAIORIA			
DIREITA* MAIORIA			
Efeitos aleatórios			
Constante			
Crítérios de informação			
- 2 Log Likelihood	15 422,97	15 416,21	15 382,38
AIC	15 466,97	15 474,21	15 448,38
BIC	15 603,70	15 654,45	15 653,47

Índice do poder de compra *per capita*

Modelos	1	2	3
Efeitos fixos			
Constante	X	X	X
ESQUERDA	X	X	
ELEI_AUT	X	X	X
A_ELEI_AUT	X	X	X
POS_ELEI_AUT	X	X	X
ALINH			
MAIORIA			
TRANS_PC			
ÍNDICE_DEP	X	X	X
ESQUERDA* ELEI_AUT		X	X
DIREITA* ELEI_AUT		X	
ESQUERDA* A_ELEI_AUT			
DIREITA* A_ELEI_AUT			
ESQUERDA* POS_ELEI_AUT			
DIREITA* POS_ELEI_AUT			
ESQUERDA* ALINH			
DIREITA* ALINH			
ESQUERDA* MAIORIA			
DIREITA* MAIORIA			
Efeitos aleatórios			
Constante			
Crítérios de informação			
- 2 Log Likelihood	20 069,27	20 061,63	20 059,38
AIC	20 115,27	20 121,63	20 127,38
BIC	20 258,21	20 308,08	20 338,69

Notas: A sombreado são assinaladas as variáveis que foram introduzidas no modelo; as variáveis que se revelaram estatisticamente significativas estão assinaladas com “X”.

O critério utilizado para escolha dos melhores modelos foi a comparação dos valores dos critérios de informação baseados no máximo da função verossimilhança, sendo o melhor aquele que possui menor

valor para estes critérios. Para este estudo, foram selecionados os critérios de informação de Akaike (AIC) e Bayseniano (BIC), que são aqueles que são mais recorrentemente utilizados.

Contudo, existem dois casos em que os critérios não são unânimes ao apontar qual o melhor modelo: é o caso da despesa de capital e da taxa de emprego.

Para a despesa de capital, o critério de informação AIC aponta o primeiro modelo como sendo a melhor escolha, contrariamente ao critério BIC que aponta o terceiro modelo como sendo o melhor. No caso da despesa de capital, foi escolhido o primeiro modelo, dado que apenas a variável ESQUERDA interagida com a variável MAIORIA se revelou estatisticamente significativa e, analisando os coeficientes desta variável, verificou-se que para ambas as ideologias em que o governo local governava com maioria existia um aumento da despesa de capital, sendo a diferença entre elas muito reduzida; por outro lado, a variável representativa da ideologia (a variável ESQUERDA) deixou de ser estatisticamente significativa no terceiro modelo impossibilitando a análise do efeito da ideologia, que é o principal objetivo deste estudo. Estas duas razões levaram à escolha do primeiro modelo.

Para a taxa de emprego, os critérios de informação também não conduzem à mesma solução: o critério de informação AIC elege o terceiro modelo como sendo o melhor, enquanto o critério de informação BIC elege o primeiro modelo. No terceiro modelo, apenas a variável DIREITA interagida com a variável ALINH se revelou estatisticamente significativa, enquanto a variável ESQUERDA interagida com a variável ALINH não é estatisticamente significativa, não permitindo retirar nenhuma conclusão, pelo que a escolha neste caso recaiu sobre o primeiro modelo.